

SOCIALISMO
EM DISCUSSÃO

PAUL SINGER
JOÃO MACHADO



ECONOMIA SOCIALISTA



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

SABEMOS QUE O PRAGMATISMO DAS AÇÕES POLÍTICAS DEVE SER EQUILIBRADO PELA REFERÊNCIA CONSTANTE AOS PRINCÍPIOS TEÓRICOS, QUE PARA NÓS SE ENCARNAM NA PALAVRA SOCIALISMO. SABEMOS TAMBÉM QUE NO MOMENTO HÁ MUITA HESITAÇÃO E MUITA DÚVIDA A RESPEITO DO SOCIALISMO. A DERROCADA DA UNIÃO SOVIÉTICA E A DESCARACTERIZAÇÃO DA SOCIAL-DEMOCRACIA NA EUROPA SÃO FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA GERAR ESSES SENTIMENTOS. MAS O SOCIALISMO É ALGO MAIS VASTO QUE SUAS MANIFESTAÇÕES HISTÓRICAS E CONTINUA A SER O CAMINHO MAIS ADEQUADO ÀS LUTAS SOCIAIS QUE TENHAM COMO FINALIDADE ESTABELECEER O MÁXIMO POSSÍVEL DE IGUALDADE ECONÔMICA, SOCIAL, EDUCACIONAL COMO REQUISITO PARA A CONQUISTA DA LIBERDADE DE TODOS E DE CADA UM.

ISBN 85-86469-32-7



9 788586 469329

ANTONIO CANDIDO




EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Socialismo em discussão

ECONOMIA SOCIALISTA

Paul Singer
João Machado



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Luiz Dulci – presidente
Zilah Abramo – vice-presidente
Hamilton Pereira – diretor
Ricardo de Azevedo – diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Flamarion Maués

Revisão

Maurício Balthazar Leal
Vera Lúcia Pereira
Rogério Chaves

Capa e Projeto Gráfico

Gilberto Maringoni

Ilustração da Capa

Biba Rigo

Editoração Eletrônica

Augusto Gomes

Impressão

Cromosete Gráfica

1ª edição: junho de 2000 – Tiragem: 5 mil exemplares

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – CEP 04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Na Internet: <http://www.fpabramo.org.br> – Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Copyright © 2000 by Editora Fundação Perseu Abramo — ISBN 85-86469-32-7

Apresentação

| | |
|--|---|
| <i>Luiz Inácio Lula da Silva</i> | 5 |
|--|---|

Prefácio

| | |
|------------------------------|---|
| <i>Antonio Candido</i> | 9 |
|------------------------------|---|

Economia Socialista

| | |
|---|----|
| <i>Paul Singer</i> | 11 |
| Crítica da visão clássica | 11 |
| Centralização planejada X autogestão | 18 |
| A economia centralmente planejada | 23 |
| Planejamento e mercado | 34 |
| O socialismo como autogestão | 39 |
| A organização socialista da produção | 45 |
| A economia socialista no sistema socialista | 47 |
| Bibliografia..... | 49 |
| Notas e referências..... | 50 |

Comentários

| | |
|--|----|
| <i>João Machado</i> | 51 |
| A visão clássica e sua real incidência no PT | 51 |
| Os “implantes socialistas” | 56 |

| | |
|--|-----------|
| Intervenções do público | 65 |
| Aldo Fornazieiri | 65 |
| Eduardo Suplicy | 66 |
| Max Altman | 67 |
| Arlindo Chinaglia | 69 |
| Fernando Haddad | 70 |
| Luiz Inácio Lula da Silva | 72 |
| José Genoíno | 74 |
| | |
| Comentários finais | 77 |
| Paul Singer – Planejamento e mercado | 77 |
| João Machado – A conversa do mercado | 80 |
| | |
| Sobre os autores | 83 |

Apresentação

Luiz Inácio Lula da Silva

Em meados de 1999, visitei Antonio Candido para conversar um pouco sobre nosso país, nossos desafios e nossas esperanças. Além de saborear as deliciosas histórias que ele sempre conta, fui brindado com algumas doses da espantosa sabedoria que jorra do alto daqueles 82 anos de uma vida bem vivida, repleta de lutas e marcada por absoluta coerência de ponta a ponta.

Fiz a ele um pedido que apresentei como convocação. Solicitei que emprestasse sua enorme autoridade intelectual, moral e política para estimular a retomada de alguns debates fundamentais para despertar a criatividade e reanimar o ímpeto de uma esquerda que, mesmo representando o que há de mais promissor em nossa terra, nunca está imune aos vícios do acomodamento e ao apego à rotina.

Trocamos idéias sobre alguns temas prioritários e sobre possíveis alternativas para romper o marasmo intelectual que vinha caracterizando nosso país, sob o já longo reinado de FHC.

Antonio Candido ficou de pensar. Algum tempo depois, convidou Paul Singer e Francisco de Oliveira, e eles três, junto com Paulo Vannuchi, meu assessor no Instituto Cidadania, realizaram inúmeras reuniões e consultas até conceber os Seminários Socialismo e Democracia, que o Instituto promoveu em parceria

com a Fundação Perseu Abramo e a Secretaria Nacional de Formação do PT, de abril a junho deste ano.

Foram realizados seis seminários que abordaram o socialismo a partir de vários ângulos, para um plenário sempre superior a cem pessoas, entre dirigentes do PT, da CUT, parlamentares, lideranças de movimentos populares, membros de equipes de governo, ONGs, intelectuais, estudantes e convidados em geral. Já na carta-convite para o evento, explicamos que nossa idéia era *discutir o que queremos entender por socialismo hoje, para o Brasil e para o mundo. E que não existia, de nossa parte, qualquer concepção prévia de socialismo e de como alcançá-lo. Queríamos retomar um clima de discussão aberta, no qual pudéssemos expor livremente todas as nossas certezas e dúvidas. Sem exclusão de nenhuma corrente ou facção.*

Com este pequeno livro estamos iniciando a publicação do conteúdo básico desses seminários. Por razões de ordem editorial, começamos com o tema Economia Socialista, que na verdade foi o segundo da série. Todos os demais serão também publicados em fascículos como este. Neste volume temos o excelente texto que Paul Singer produziu para o seminário, o comentário de João Machado, o resumo de sete intervenções do plenário e duas intervenções finais de Singer e Machado, revisadas por eles. Vale registrar ainda que os trabalhos do dia foram coordenados pela companheira Zilah Abramo, vice-presidente da Fundação Perseu Abramo.

Queremos que este material seja amplamente divulgado em todo o país, que seja reproduzido, que estimule outros textos e publicações, afastando todas as ameaças de inércia e de mesmice. Queremos que seminários desse tipo sejam realizados nos vários estados, repetindo o produtivo ambiente de franqueza, polêmica, respeito e seriedade que marcou os seminários. Sobretudo nas atividades de formação política, a contribuição deste caderno pode ser muito grande.

O êxito e a ampla aprovação obtidos nesta primeira fase tornam obrigatório o prosseguimento das discussões em 2001, focalizando aspectos cada vez mais

concretos e específicos do tema. Já era essa a idéia dos organizadores dos seminários. Eles agora cuidarão da tarefa com ânimo redobrado, escalando adequadamente a rica pluralidade de craques ainda não convocados, entre dirigentes partidários, sindicalistas e intelectuais.

Penso que dessa forma estaremos construindo, juntos, uma compreensão do socialismo que esteja realmente à altura das exigências do novo século e que nos habilite a lutar por vitórias que são imperativas e inadiáveis no grave cenário de crise social, injustiças e desigualdades que vem sendo imposto aos brasileiros já de longa data.

São Paulo, junho de 2000

Prefácio

Antonio Candido

Esta série de seminários é um começo. Vamos analisar a experiência que ela produzir a fim de preparar a série do ano que vem, levando em conta os resultados, retificando o planejamento, recolhendo as opiniões. Felizmente, o que não falta no PT são pessoas capazes de atuar como expositores e comentadores. Elas serão progressivamente convidadas, atendendo sempre à gama de opiniões que caracteriza o partido.

Sabemos que o pragmatismo das ações políticas deve ser equilibrado pela referência constante aos princípios teóricos, que para nós se encarnam na palavra socialismo. Sabemos também que no momento há muita hesitação e muita dúvida a respeito do socialismo. A derrocada da União Soviética e a descaracterização da social-democracia na Europa são fatores que contribuíram para gerar esses sentimentos. Mas o socialismo é algo mais vasto que suas manifestações históricas e continua a ser o caminho mais adequado às lutas sociais que tenham como finalidade estabelecer o máximo possível de igualdade econômica, social, educacional como requisito para a conquista da liberdade de todos e de cada um.

Isso mostra que o socialismo é conceito e realidade válidos e legítimos, tornando necessário estudá-lo, debatê-lo, ajustá-lo ao tempo. Só assim um partido



como o PT evitará o risco de perder sua bússola ideológica na dispersão das necessárias operações táticas. De fato, sabemos que a referência constante à reflexão e ao debate é indispensável nas organizações políticas de esquerda, porque sem isso elas podem desfigurar seus componentes mais válidos e naufragar no oportunismo. Há uma solidariedade profunda entre teoria e ação, e uma das contribuições mais importantes do marxismo é a idéia de que pensar corretamente a sociedade leva à necessidade de transformá-la. E nisto reside uma das razões de ser do socialismo.

Esperemos que esses seminários sejam o começo de uma atividade permanente, que ajude o PT a conservar sua capacidade de luta política correta. Mesmo porque, na diversidade de nossas tendências internas, há um grande ponto de encontro, que mantém nossa comunhão e nossa solidariedade fraternal acima das diferenças: esse ponto de encontro é precisamente o socialismo.

Economia socialista

Paul Singer

Crítica da visão clássica – Marx e Engels nos legaram uma crítica profunda e penetrante do capitalismo como modo de produção, mas sua visão científica do socialismo deixa muito a desejar, sobretudo no delineamento de sua organização econômica e de seu ordenamento social e político. Engels, em seu imortal opúsculo *Socialismo utópico e socialismo científico*, mostra de forma magistral como a instauração do socialismo poderia vir a decorrer da própria evolução contraditória do capitalismo, particularmente em sua fase monopolista.

“A contradição entre a produção social e a apropriação capitalista se apresenta pois como *antagonismo entre a organização da produção na fábrica individual e a anarquia da produção na sociedade inteira*”. O antagonismo provém do fato de a organização fabril da produção ser planejada e o relacionamento das fábricas entre si e com fornecedores e consumidores ser condicionado pela competição em mercados, daí a anarquia da produção no plano social. Dessa contradição Engels deduz a necessidade da centralização do capital:

“O fato de a organização social da produção no interior da fábrica ter se desenvolvido a ponto de se tornar incompatível com a anarquia da produção na sociedade, fora e acima dela, se torna palpável mesmo ao capi-



talista pela concentração violenta dos capitais, que se dá durante as crises por meio da ruína de muitos capitalistas grandes e de um maior número ainda de pequenos”.

Engels identifica a concentração dos capitais como manifestação do caráter social que a produção capitalista vai adquirindo, sobretudo quando a empresa toma a forma de sociedade anônima.

“É esta contrapressão das forças produtivas em poderosa expansão contra o seu caráter de capital, esta imposição crescente do reconhecimento de sua natureza social que constringe a própria classe capitalista a tratá-las mais e mais, na medida em que isso é ao todo possível dentro do relacionamento capitalista, como forças produtivas sociais. Tanto a conjuntura de alta industrial, com seu inchamento financeiro ilimitado, como a própria crise, pela quebra de grandes empresas capitalistas impelem imensas massas de meios de produção para tais formas de socialização, que se apresentam nas diversas formas de sociedades anônimas”.

A partir dessa identificação, Engels mostra que a incompatibilidade entre a anarquia da produção no mercado e a concentração cada vez maior dos capitais acaba por exigir a intervenção do Estado, que se apropria de diversas empresas.

“Como tais trustes na primeira piora dos negócios tendem a se romper, eles induzem uma socialização ainda mais concentrada: o ramo industrial se converte numa única sociedade por ações, a concorrência cede o mercado interno ao monopólio desta única empresa. [...] Com os trustes, a livre concorrência se torna monopólio, a produção sem plano da sociedade capitula diante da produção planejada da *sociedade socialista*

em irrupção [...] Nenhum povo toleraria uma produção dirigida por trustes, uma exploração tão descarada de todos por um pequeno bando de rentistas. Assim ou assado, com ou sem trustes, o representante oficial da sociedade capitalista, o Estado, tem de finalmente assumir a direção da produção”.

Engels monta a seguinte equação: 1. O desenvolvimento das forças produtivas expande a produção fabril, tornando-a maior, mais concentrada e mais planejada, *portanto mais social*. 2. Isso torna insuportável a contradição entre a produção cada vez mais social dentro da empresa e a anarquia da produção (causadora das crises) no mercado. Sobretudo quando a produção social se torna monopolista, tendo por isso de ser assumida pelo Estado. 3. A sociedade socialista irrompe com a socialização da produção pelos trustes ou pelo Estado.

Mas ele adverte contra o engano de se enxergar a estatização em si de setores produtivos como um avanço rumo ao socialismo.

“Apenas no caso em que os meios de produção ou de transporte tenham *realmente ‘entwachsen’* [crescido para além da possibilidade] de ser dirigidos por sociedades anônimas, em que, portanto, a estatização tenha se tornado *economicamente* inevitável, só neste caso ela significa, mesmo que seja o Estado atual que a realize, um progresso econômico, o atingimento de um novo primeiro passo para a apropriação de todas as forças produtivas pela própria sociedade”.

Ele chama a atenção contra um novo falso socialismo, “recentemente surgido, [...] que declara simplesmente *qualquer* estatização, mesmo as bismarkianas, como sendo socialista”.

Assim, chegamos à concepção de revolução socialista:

“O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo ideal. De quanto mais forças produtivas ele se apropria, tanto mais se torna verdadeiro capitalista coletivo, tanto mais cidadãos ele explora. Os trabalhadores continuam assalariados, proletários. A relação capitalista não é superada, é antes levada ao extremo. Mas, no extremo, ela se inverte. A propriedade estatal dos meios de produção não resolve o conflito, mas abriga em si a solução do conflito, a receita da solução”.

“A solução só pode estar no real reconhecimento da natureza social das forças produtivas modernas, no ajustamento do modo de produção, apropriação e troca ao caráter social dos meios de produção. E isso só pode acontecer pela apropriação aberta e direta pela sociedade das forças produtivas, que superaram qualquer outra direção que não a sua. [...] Com este tratamento das forças produtivas de hoje de acordo com sua natureza finalmente reconhecida, aparece no lugar da anarquia da produção social uma regulação social planejada da produção, conforme as necessidades da coletividade assim como de cada indivíduo”.

“[...] *O proletariado toma o poder do Estado e converte os meios de produção em propriedade estatal.* Mas com isso ele abole a si mesmo como proletariado, abole todas as diferenças e contradições de classe e abole ainda o Estado como Estado. [...] Ao se tornar afinal realmente representante de toda a sociedade, ele se torna supérfluo. [...] O primeiro ato em que o Estado verdadeiramente aparece como representante de toda a sociedade – a apropriação dos meios de produção em nome da sociedade – é ao mesmo tempo o seu último ato independente como Estado. A intervenção de um poder estatal em relações

sociais torna-se setor após setor supérflua e em seguida perece por si mesma”.

Engels compartilhava com Marx (que considerava a brochura em questão “uma introdução ao socialismo científico”) esta visão de socialismo como *um prosseguimento linear do desenvolvimento capitalista das forças produtivas*. Quando Engels sustenta que o capitalismo “socializa” as forças produtivas, ele tem em vista duas tendências: 1. O capitalismo, ao desenvolver as forças produtivas, impõe a sua direção em escala cada vez maior, portanto, cada vez mais “social”; 2. Esta socialização crescente das forças produtivas inevitavelmente supera os limites da propriedade particular, substituindo no mercado a concorrência pelo monopólio, *o qual já contém em germe o socialismo*. Como o monopólio capitalista particular é insustentável, o Estado capitalista é obrigado a intervir, tomando para si a direção dos meios de produção que o capital particular não pode mais administrar. Ao fazer isso, o Estado, embora capitalista, aponta a solução, que só será aplicada, no entanto, quando o proletariado tomar o poder estatal: a apropriação de todas¹ as forças produtivas pelo Estado em nome da sociedade.

Essa visão do socialismo, que merece o adjetivo de “clássica”, propõe como superação do capitalismo a apropriação direta dos meios de produção pela sociedade. O Estado dominado pelo proletariado é apenas um instrumento dessa apropriação, pois tão logo ela se realiza o proletariado é abolido e o Estado começa a perecer. E como a sociedade se apropria *diretamente dos meios de produção*?

“Com a apropriação dos meios de produção pela sociedade, a produção de mercadorias é eliminada e, desse modo, também a dominação do produtor pelo produto. A anarquia dentro da produção social é substituída por organização conscientemente planejada. Cessa a luta pela existên-

1. Na formulação de Engels, a solução para o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e a anarquia da produção se restringe a “que a sociedade abertamente e sem rodeios tome posse das forças produtivas que ‘*entwachsen*’ [cresceram para além] de qualquer outra direção que não a sua” (p. 222, sublinhado por Paul Singer). De duas uma: ou a revolução consiste na estatização somente das empresas cujo tamanho exige que sejam dirigidas pela sociedade ou a revolução só pode ocorrer quando todas as empresas tiverem atingido tal tamanho. No primeiro caso, a maior parte dos meios de produção continuaria nas mãos dos proprietários privados, o que frustraria a abolição do capitalismo etc.; no segundo caso, a revolução socialista ficaria adiada para um futuro indefinido.

2. Convém notar que o salto da humanidade depende não só da revolução socialista, mas também de uma revolução do entendimento, que se daria ao mesmo tempo: “As forças socialmente efetivas atuam exatamente como as forças da natureza: às cegas, com violência, destruindo, enquanto não as compreendemos e não contamos com elas. Tão logo as tenhamos reconhecido, entendendo sua atividade, suas direções, seus efeitos, só dependerá de nós submetê-las mais ou menos a nossa vontade e por meio delas realizar nossos objetivos. Isso vale sobretudo para as portentosas forças produtivas de hoje. [...] Mas, uma vez entendidas em sua natureza, elas podem ser transformadas nas mãos dos produtores associados de dominadores demoníacos em senos doces” (p. 222-23).

cia individual. Assim, em certo sentido, o homem parte definitivamente do reino animal, passa de condições de existência animais a verdadeiramente humanas. [...] Só daí em diante farão os homens sua própria história com plena consciência, só daí em diante se tornarão predominantes as causas sociais por eles movidas e produzirão em escala crescente os efeitos desejados por eles. É o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade”².

É certamente uma visão poderosa e magistral, mas não responde a uma série de questões que hoje, um século depois, sabemos serem essenciais.

Primeiro: como a produção de mercadorias, causa da anarquia, é substituída pela organização conscientemente planejada? Ao que parece, Marx e Engels pensavam na generalização do planejamento interno da grande empresa capitalista a toda economia.

Se esse foi o caso, convém lembrar que o planejamento empresarial capitalista é inteiramente autoritário. Tudo se subordina à maximização da taxa de lucro, que é de interesse exclusivo do capital. A execução do plano é imposta a todos os empregados pela gerência, escolhida e monitorada pelos representantes dos acionistas. Os interesses dos consumidores e empregados são desconsiderados ou, na melhor hipótese, só são considerados como meios para maximizar a taxa de lucros.

Segundo: se a socialização dos meios de produção, em si, abole as classes sociais, como passam a ser organizados a produção, a distribuição e o consumo? Se tomamos a sério que a luta pela existência individual cessa, então devemos supor que os produtos serão apropriados livremente por todos que desejam tê-los, o que implica uma produtividade infinita do trabalho, do capital e da natureza diante de uma gama finita de necessidades sociais e individuais.

Ao que parece, Engels tinha algo assim em mente, ao dizer:

“A apropriação social da produção elimina não só os atuais entraves artificiais da produção, mas também a destruição e o desperdício positivos de forças produtivas e produtos, que hoje são os acompanhantes inevitáveis da produção e que alcançam o seu máximo nas crises. Além disso, ela libera uma massa de meios de produção e de produtos à coletividade pela eliminação do luxo imbecil das atuais classes dominantes e de seus representantes políticos. A possibilidade de assegurar a todos os membros da sociedade, mediante a produção social, não apenas uma existência material plenamente satisfatória e que se torna dia a dia mais rica, mas que lhe garante a formação e o exercício inteiramente livres de suas faculdades físicas e espirituais, esta possibilidade existe pela primeira vez, mas *ela existe*”.

Os clássicos parecem ter caído num reducionismo evidente. Pensavam que, se a propriedade privada dos meios de produção é a causa da divisão da sociedade em classes, a abolição daquela implica eliminação desta. Mas a abolição da propriedade privada exige a criação de um regime de propriedade coletiva, sobre o qual eles nada tinham a dizer. E exige também a invenção de um sistema de planejamento que não pode ser a mera generalização do planejamento empresarial capitalista, pois este pressupõe o mercado e a anarquia da produção social. Um planejamento geral de uma economia nacional não pode ser a generalização dos planejamentos empresariais, cuja harmonização se faz *em mercados*, os quais a socialização dos meios de produção supostamente eliminaria de imediato.

O reducionismo de Marx e Engels teve conseqüências quando na União Soviética se tratou de aplicar à realidade as fórmulas do socialismo científico. Os meios de produção foram efetivamente estatizados, mas desse primeiro ato do Estado como representante auto-assumido de toda a sociedade não resultou o perecimento do Estado, mas o contrário, seu crescimento monstruoso.

Centralização planejada X autogestão – Como sabemos, a partir da criação da II Internacional, o “socialismo científico” de Marx e Engels tornou-se a visão aceita pela maioria dos partidos operários europeus. O socialismo, que antes dos clássicos era uma proposta de sociedade melhor, mais livre e mais justa, passou a ser o modo de produção que superaria o capitalismo, herdando deste todo o progresso econômico que ele teria suscitado e que seria a causa eficiente de sua queda inevitável. Os valores socialistas de liberdade, democracia e igualdade acabaram por ser considerados “utópicos” enquanto o capitalismo não tivesse desenvolvido todas as forças produtivas que os tornariam realizáveis. Uma vez atingido esse ponto histórico, a tarefa do proletariado revolucionário seria apropriar-se, por intermédio do Estado, dos meios de produção e passar a administrá-los centralizadamente, fundindo todas as empresas concorrentes numa única superempresa. Isso bastaria para que liberdade, democracia e justiça passassem a reinar, por razões que deveriam ser tão óbvias que dispensavam explicitação.

O socialismo científico foi posto à prova quando a Revolução de Outubro levou os bolcheviques ao poder. Durante a revolução, os camponeses se apoderaram das terras dos nobres e os operários aproveitaram o decreto do novo governo que instaurava o “controle operário” para formar conselhos de empresas, que passaram a dirigi-las. De acordo com Oskar Anweiler,

“Antes que em junho de 1918 toda a indústria fosse nacionalizada, já estava em pleno andamento a socialização das fábricas por atos espontâneos das comissões operárias. A primeira etapa da Revolução de Outubro pode ser denominada como a época da verdadeira ditadura dos verdadeiros operários da indústria. [...] O poderio dos conselhos de empresas se baseava então [...] na impotência do Estado”.

Como mostra o autor, a autogestão nas empresas inspirou profundo temor a Lenin de que ela seria um empecilho à reorganização da produção e ao aumento da produtividade. Travou-se então, a partir da primavera de 1918, uma grande discussão na Rússia sobre o socialismo, entre os partidários do planejamento centralizado e os partidários da autogestão. Tendo a liderança ostensiva de Lenin e de Trotski, os primeiros ganharam a parada. O debate foi importante porque contrapôs duas concepções de socialismo. Lenin sustentou que o socialismo era o sucessor do capitalismo e tinha de utilizar os seus métodos para poder se apoderar das forças produtivas desenvolvidas por ele.

Os seguintes excertos dão uma boa idéia dos argumentos de Lenin:

“Se não somos anarquistas, temos de admitir que o Estado, *isto é, compulsão*, é necessária para a transição do capitalismo ao socialismo. [...] Não há, portanto, absolutamente *qualquer* contradição em princípio entre a democracia soviética (*isto é, socialista*) e o exercício de poderes ditatoriais por indivíduos. Quanto à segunda questão referente ao significado dos poderes ditatoriais individuais do ponto de vista das tarefas do momento presente, é preciso dizer que a indústria mecânica em grande escala – que é precisamente a fonte material, a fonte produtiva, a base do socialismo – reclama absoluta e estrita *vontade unitária*, que dirija os trabalhos conjuntos de milhares e dezenas de milhares de pessoas. A necessidade técnica, econômica e histórica disso é óbvia e todos os que pensaram acerca de socialismo sempre a encararam como uma das condições do socialismo. Mas como a unidade estrita será assegurada? Por milhares subordinarem sua vontade à vontade de um”.

Lenin certamente levou as teses de Engels (e de Marx) às últimas conseqüências. Via nas comissões operárias sinais inequívocos de anarquismo ou sindicalismo, doutrinas que advogavam a abolição do Estado e a entrega da

economia aos produtores livremente associados. Lenin opunha-se às comissões operárias porque achava necessário organizar a economia em trustes, de acordo com o modelo das economias capitalistas mais adiantadas. Propunha, como etapa intermediária entre o estágio de então da Rússia e o socialismo, o capitalismo de Estado, ou seja, os meios de produção estatizados organizados de forma a captar as forças produtivas desenvolvidas pelo capitalismo.

“Enquanto a revolução na Alemanha ainda tarda, nossa tarefa é estudar o capitalismo de Estado dos alemães, não poupar *qualquer esforço* em copiá-lo e não hesitar na adoção de métodos *ditatoriais* para apressar a sua imitação. Nossa tarefa é fazer isso ainda mais sistematicamente do que Pedro, quando acelerou a cópia da cultura ocidental pela Rússia bárbara, e não podemos hesitar em usar métodos bárbaros na luta contra a barbárie”.

Contra essa concepção de socialismo se levantou a Oposição Operária, dentro do Partido Bolchevista. Eram principalmente sindicalistas, que criticavam a entrega da direção das empresas a antigos capitalistas ou a “especialistas”, treinados no regime anterior. A sua principal crítica era a burocratização das empresas e a alienação dos trabalhadores. Em suas teses para o X Congresso do partido, em 1921, a Oposição Operária diz:

“O sistema e os métodos da organização, que se apóiam numa pesada maquinaria burocrática, excluem qualquer iniciativa criadora, qualquer ação independente dos produtores organizados em sindicatos. Este sistema de política econômica, que é executado de modo burocrático, sobre as cabeças dos produtores organizados, por intermédio de funcionários nomeados e especialistas duvidosos, levou a um dualismo na direção da economia e provoca conflitos constantes entre os comitês de fá-

brica e as direções das empresas, entre os sindicatos e os organismos econômicos”.

Para superar essa situação, os oposicionistas propõem entregar a direção da economia aos sindicatos.

“Durante sua existência, os sindicatos reuniram bastante experiência e ganharam pessoas com capacidade e talento para a administração técnica e econômica. Ramos inteiros de nossas indústrias bélica, mecânica, metalúrgica etc. são dirigidos por administradores operários”.

É evidente que a capacidade de os sindicalistas assumirem a direção das empresas estava em jogo. Lenin e a maioria do partido confiavam mais nos ex-capitalistas e nos especialistas do que nos sindicalistas.

Mas, além e acima do argumento da capacidade estava, para a Oposição Operária, a questão política. Eles defendiam que o poder nas fábricas fosse exercido pelos operários, elegendo democraticamente os comitês de direção.

“Todos os operários e empregados, não importa em que posição e de que profissão, ocupados nas unidades econômicas, como fábricas, minas [...] dispõem diretamente dos valores que lhes foram confiados e são responsáveis perante os trabalhadores da República por sua conservação e utilização eficiente. Como participantes da organização e da direção das empresas, os operários e empregados ocupados em fábricas, oficinas [...] elegem um órgão para a direção da referida empresa: o comitê operário.”

Eis, em forma sintética e clara, a outra concepção de socialismo. Este se constrói não apenas nem sobretudo pela expropriação dos meios de produção mas



por sua entrega efetiva à direção coletiva dos trabalhadores. Há razões para crer que essa concepção não era inteiramente alheia ao marxismo, contando em determinadas ocasiões com o endosso de Marx e Engels. E até mesmo com o de Lenin. Em um artigo publicado em seu último ano de vida (1923) ele escreve:

“Derrubamos o domínio dos exploradores e muito do que era fantástico, mesmo romântico, mesmo banal nos sonhos dos velhos cooperadores está se tornando agora límpida realidade. Com efeito, uma vez o poder político nas mãos da classe operária, e uma vez que este poder político possui todos os meios de produção, a única tarefa que nos resta é organizar a população em sociedades cooperativas. Com a maioria da população organizada em cooperativas, o socialismo que no passado era tratado legitimamente com sarcasmo, desprezo e desdém por aqueles que estavam corretamente convencidos de que era necessário travar a luta de classes, a luta pelo poder político etc., atingirá seu objetivo automaticamente”.

Seja como for, a concepção vitoriosa na União Soviética foi a que propunha erguer o socialismo utilizando o modo de organizar a produção e as relações de trabalho do capitalismo monopolista, então (como hoje) o mais avançado. O argumento vencedor não foi, como se poderia imaginar, o atraso da economia soviética em relação aos países mais desenvolvidos, mas que o socialismo científico consistia em liberar as forças produtivas, que o grande capital estava criando, do constrangimento do mercado, visto como causa da anarquia da produção. O socialismo passou a ser entendido como sinônimo de planejamento geral ou centralizado da produção, a substituição do mercado pela alocação administrativa dos meios de produção, a organização monopolista de todos os ramos de produção e a fixação detalhada de metas para todas as empresas – tudo isso visando a plena satisfação das necessidades individuais e coletivas.

A economia centralmente planejada – A economia planejada que acabou por ser construída sobre esses princípios foi organizada ao redor de um *completo monolitismo do poder de decisão* no Estado, na economia, nas empresas, no partido único, nos aparelhos ideológicos e nas demais instituições sociais. Qualquer iniciativa independente do Estado ou do partido era encarada como um desafio à ordem constituída ou, no mínimo, como um perigo potencial para ela. O conceito de *totalitarismo* foi desenvolvido para dar conta dessa excepcional concentração do poder.

Embora em nome da democracia, o poder passou a ser estruturado de cima para baixo: em todos os níveis hierárquicos, as pessoas com poder eram designadas pelo nível de mando superior. Os indivíduos assim escolhidos se destacavam pela lealdade ao regime, pela disciplina na execução das ordens e pela ausência de qualquer senso crítico, independência de julgamento etc.³ Ao menos aparente. Se havia insatisfação, inconformismo, conflitos de idéias ou de interesses, eram sempre rigorosamente ocultos, imperceptíveis, inconfessos. O que permitia a potentes com propensão à paranóia (como Stalin) imaginar o poder soviético infestado de traidores e sabotadores, que era preciso periodicamente desmascarar e expurgar.

O relacionamento desse poder monolítico com o planejamento geral não foi provavelmente causal (no sentido de que um fosse a causa do outro) mas havia forte afinidade entre ambos. O monolitismo foi instaurado, nos numerosos países que adotaram o modelo soviético, por razões políticas, mas ele era certamente funcional para o planejamento geral. Para aprofundar esta questão, cabe uma breve digressão sobre planejamento em geral.

É da essência racional do homem “planejar”, isto é, projetar ao futuro sua existência, colocar para si, para sua comunidade doméstica, urbana e nacional objetivos desejáveis e preparar atividades para atingi-los. Só em situações de extremo perigo ou privação deixa o homem de planejar seu futuro. Planejar a vida pessoal, comunitária, local, nacional etc. exige ter poder sobre certos

3. “Os principais critérios de seleção são confiabilidade política, lealdade e fidelidade ao partido e suas idéias (em outras palavras, à ideologia oficial). Se estas são aparentes, elas podem compensar a falta de capacidade ou de perícia profissional. O inverso não vale: nem o maior talento ou experiência profissional podem compensar a falta de lealdade, confiabilidade ou obediência” (KORNAI, Janos. *The socialist system, the political economy of communism*. Princeton, Princeton University Press, 1992, p. 57-58).

recursos: sobre o próprio corpo, sobre o uso do tempo, sobre os meios básicos de sobrevivência. Escravos podiam no máximo planejar sua fuga da condição de escravo. Homens livres, dotados de direitos de cidadania, usufruindo certa segurança social planejam muitos aspectos de suas vidas e participam da feitura e da implementação de planos nas esferas sociais em que atuam.

Planejar implica elaborar planos e implementá-los. Nesse duplo sentido, *planejar pressupõe o exercício de poder*. E esse poder tem de ser proporcional ao âmbito submetido ao plano. Quando nesse âmbito se encontra uma nação inteira, o planejador tem de dispor de grande poder político para poder coagir os outros a *obedecer ao plano*. É difícil fugir dessa conclusão. Mesmo se toda população concorda com os objetivos do plano – combater uma epidemia, rechaçar um ataque inimigo, salvar uma floresta da destruição –, é quase certo que parte das pessoas discordará dos meios para atingi-los.

Isso vale inclusive se o planejamento for extremamente democrático: todos os envolvidos são ouvidos antes da elaboração do plano e as propostas são exaustivamente discutidas até que o plano seja adotado por unanimidade. Isso não impede que durante sua execução uma parte das pessoas mude de opinião, deixe de concordar com o objetivo ou com os meios fixados pelo plano. Sendo grande a população e grande o período de duração do plano, esta contingência é quase inescapável. *E, nesse caso, os que mudaram de opinião e não querem mais implementar o plano têm de se conformar, pois do contrário o farão fracassar*. Qualquer plano abrangente e que dure exige disciplina dos participantes. Os responsáveis pelo plano têm de poder exigir essa disciplina, impor aos que discordam que colaborem em sua realização.

No capitalismo atual, o planejamento econômico é intensamente praticado nas grandes empresas e nos serviços públicos. Os orçamentos públicos nacionais, estaduais e municipais são planos anuais, a serem implementados pelos aparelhos estatais respectivos. Há rotineiramente planejamento em escolas em todos os níveis, nos condomínios residenciais, nos centros de veraneio e assim

por diante. À primeira vista, todos estão envolvidos em vários planos, como participantes de diversas instituições regidas por planos, o que implica considerável restrição à possibilidade de escolha dos indivíduos. O direito individual de escolha não obstante é preservado, porque a participação é voluntária na maior parte das vezes. Em caso de arrependimento, há sempre a possibilidade de abandonar a instituição.

No capitalismo atual, a extensa centralização do capital reúne centenas ou até milhares de empresas médias e grandes em gigantescos conglomerados multinacionais. Provavelmente tais empresas seriam planejadas mesmo se atuassem separadamente; uma vez fundidas num única multinacional, o planejamento se faz em âmbito muito maior.

O planejamento dos maiores conglomerados pode ser comparado ao planejamento geral de algumas economias do “socialismo real”. O que significa que eles também tendem a exibir sintomas de burocratização, tais como rigidez, inflexibilidade, fricções entre partes componentes dessas firmas, conflitos suprimidos travados na surdina etc.

Mas há uma diferença essencial entre os dois tipos de planejamento: o capitalista é parcial, os envolvidos podem sempre deixar o emprego, o país ou a compra de seus produtos; o planejamento que segue o modelo soviético é sempre total, abrangendo ramos inteiros de produção e economias nacionais inteiras. Nenhum habitante do país tem a possibilidade de escapar legalmente do plano⁴. É por isso que se pode falar de afinidade entre poder monolítico e planejamento geral. O planejamento de toda a economia de um país, mesmo se fosse elaborado democraticamente, exigiria adesão ininterrupta de toda a população. A qual pode ser imposta com mais facilidade se todo poder de decisão estiver concentrado nas mãos de um homem ou de uma cúpula. O que inegavelmente ocorreu nos países do socialismo real.

A funcionalidade do poder total para o planejamento geral pode ser apreciada pela descrição de Kornai da coordenação burocrática.

4. “Eles não podem deixar o emprego sem licença da firma ou instituição que os emprega. Se receberem licença para mudar de emprego, eles de fato não podem mudar de patrão, porque, com exceções insignificantes, há afinal um único empregador: o Estado. É extremamente difícil mudar de residência, pois isto é impedido por restrições administrativas e falta de casas. Membros do partido não podem deixar de sê-lo; um passo tão demonstrativo poria facilmente em risco a paz de sua existência, possivelmente a sua liberdade e, numa onda de terror, suas vidas também. Mas é arriscado demitir-se até mesmo do sindicato de trabalhadores, do movimento de juventude ou de qualquer organização de massa ou profissional. [...] Nem a forma final de saída, a emigração, pode ser usada; até mesmo um pedido [de permissão para emigrar] seria perigoso” (KORNAI, *ibidem*, p. 100).

“Esta, no caso do capitalismo moderno, é proeminente no aparelho de Estado, nas forças armadas, grandes firmas e outras grandes organizações, e tais burocracias parciais podem ter grande poder. O socialismo clássico, no entanto, é o primeiro sistema da história a fundir essas burocracias parciais numa única entidade que abarca toda a sociedade. [...] a estrutura monolítica, totalitária do poder, a propriedade estatal do grosso da produção social e a dominação da coordenação burocrática sobre outros mecanismos são três fenômenos estreitamente ligados. [...] As relações entre as firmas estatais não são coordenadas pelo mercado nem se aplica o autogoverno a elas. Em vez disso, as relações entre as firmas são coordenadas burocraticamente e dentro delas isso leva até a banca de trabalho o mesmo sistema vertical de articulações que governa a própria empresa”.

Resta uma pergunta: o planejamento geral cumpre a sua promessa de superar a anarquia da produção causada pela competição em mercados, fazendo com que a produção satisfaça as necessidades de toda a população, sem desperdícios e sem desemprego? A resposta tem de ser condicional: o ciclo de conjuntura típico do capitalismo é de fato eliminado pelo planejamento geral, mas em seu lugar surgem outras falhas e insuficiências.

Em situações de anormalidade, como guerras externas ou internas, o planejamento geral se mostra muito superior ao mecanismo de mercado como sistema de coordenação. Isso se dá porque, quando a oferta é muito menor do que a demanda normal, em função do esforço de guerra e das destruições que esta acarreta, o mercado produziria imensa inflação e condenaria à fome grande parte da população. Por isso, em tais situações, mesmo governos liberais controlam os preços e racionam bens de primeira necessidade e outros, o que significa substituir compra e venda em mercados por uma distribuição planejada e igualitária. Também a alocação de matérias-primas essenciais ao esforço de

guerra e à sobrevivência da população é suprimida do mercado, sendo feita por ordens administrativas, ou seja, pelo poder político usando critérios políticos.

A quase totalidade dos países que aderiram ao “socialismo real” fizeram-no em situações de penúria, provocadas por guerras. Na maioria deles já vigia algum sistema de planejamento geral para fins bélicos, que os novos governos comunistas adaptaram para o período de reconstrução. Foram nesses anos iniciais que as economias planejadas tiveram seu melhor desempenho. A desapropriação das antigas classes dominantes e a introdução de educação e saúde públicas ensejaram uma repartição mais igualitária da renda e uma rápida recuperação das indústrias e da produção agrícola. A maior parte da população pôde voltar a satisfazer suas necessidades básicas e, crescentemente, outras.

A economia centralmente planejada começou a entrar em crise quando a economia superou os efeitos da destruição bélica e a população passou a reclamar um padrão de vida semelhante ao do Primeiro Mundo, que a globalização das comunicações e do turismo trouxe aos lares dos países do “socialismo real”. Na Europa Oriental, a economia planejada mostrou-se incapaz de produzir bens não-essenciais na quantidade e com a qualidade demandadas. Esse malogro repetiu-se em todos os países que adotaram o modelo e decorre de suas características essenciais.

Os planos gerais sempre se colocaram metas de crescimento extremamente ambiciosas, em primeiro lugar porque os países do “socialismo real” almejavam eliminar o mais depressa possível o atraso econômico que os separava dos países capitalistas mais adiantados. E em segundo lugar porque o socialismo só poderia mostrar sua superioridade em relação ao capitalismo no campo do desenvolvimento das forças produtivas. Esta é, ao menos para os marxistas, a justificação histórica da revolução socialista.

Para realizar essas metas de crescimento, cada plano fixava-as no grau máximo para os diferentes setores da economia, em seguida eram desdobradas para as divisões territoriais e dentro destas para as empresas localizadas nelas. A

realização das metas exigia investimentos na ampliação da capacidade produtiva, o emprego de mais trabalhadores e o consumo de mais matérias-primas, combustível, materiais auxiliares etc. Os diretores das empresas negociavam as metas com seus superiores, exigindo em troca do compromisso com elas os recursos que consideravam necessários.

Nesta negociação, os diretores não podiam errar porque, se aceitassem metas altas demais para a quantidade de mão-de-obra, materiais etc., que lhes eram alocados, corriam o risco de não poder cumpri-las e serem punidos. Como sempre há ocorrências imprevistas, que podem afetar a empresa (um acidente, uma inundação, atraso no fornecimento etc.), o melhor que eles podiam fazer era pedir que as metas fossem reduzidas e que os recursos alocados cobrissem uma margem de segurança contra imprevistos.

Os planejadores de nível superior, sabendo disso, enfrentavam a pressão de seus subordinados exagerando as metas e limitando os recursos ao estritamente necessário. No final, o acordo em geral embutia bastante investimento, expansão do emprego e ampliação do fornecimento de insumos para garantir a execução das metas. Havia nesse processo um viés por uso excessivo de bens de investimento, força de trabalho e materiais. Inclusive porque os projetos de investimento, para terem mais chances de ser aprovados, tendiam a subestimar os recursos e o tempo necessários para serem completados. Quando o plano começava a ser implementado, a “fome por bens de investimento” passava a pressionar os demais setores. Como muitos desses bens eram importados, crescia além do planejado o gasto de divisas e, portanto, a necessidade de ganhá-las, o que levava a aumentar mais do que o previsto o volume de exportações.

Tudo isso transformava a economia “socialista real” numa *economia de escassez*. Dadas as prioridades do plano, as firmas acabavam por consumir uma parcela crescente de toda a produção, o mesmo acontecendo com os serviços públicos (particularmente as forças armadas) e o comércio externo, em detrimento do consumo da população. Esta se beneficiava de uma situação perma-

nente de pleno emprego, o que constitui a principal vantagem do “socialismo real” sobre o capitalismo. Todos tinham emprego e a perspectiva de mantê-lo. O que significava que a população tinha uma renda nominal crescente, à medida que mais pessoas eram incorporadas à população ocupada.

Os planejadores fixavam o valor dos salários, o que lhes possibilitava prever com relativa exatidão a renda da população e quanto dela seria gasta em consumo. Os preços dos bens e serviços de consumo eram fixados em níveis que igualassem a procura dos consumidores à oferta das empresas produtoras desses bens e serviços.

“[...] alguns bens e serviços são oferecidos ao público grátis ou, em comparação com seus custos, a preços muito baixos, subsidiados pelo Estado. Estes, na maioria dos países sob o sistema clássico, incluem alimentos básicos (pão, açúcar, gordura etc.), transporte público, aluguel e serviços de saúde, culturais e educacionais”.

Essa política de preços não é casual, pois tem raízes profundas na ideologia oficial do socialismo clássico, que alcançam as grandes “promessas básicas” do sistema. A sociedade, prometeu-se, “tem ao menos de satisfazer as necessidades básicas de todos os trabalhadores e suas famílias”.

O problema era que a demanda da população estava predeterminada, mas a das empresas, dos investimentos, do comércio externo etc. não. As necessidades prioritárias – da defesa, da produção, da tecnologia etc. – tinham de ser atendidas a qualquer custo. Se faltasse dinheiro para tanto, os responsáveis pelo plano cuidavam para que os bancos fornecessem o crédito necessário⁵. Isso produzia uma escassez crônica de bens e serviços de consumo, a ponto de muitos dos mais essenciais serem racionados. Na década de 1980, muitos produtos – alimentos, produtos de limpeza, gasolina, energia elétrica – eram racionados em Cuba, na Polônia, na Romênia, na União Soviética, no Vietnã e na Iugoslávia.

5. “De tudo isso pode-se concluir que o setor das firmas não é ‘verdadeiramente’ monetizado; ele só dá essa impressão. Embora tudo seja contabilizado também em dinheiro, o setor está apenas semimonetizado. O estado semimonetizado deste setor (e o estrago feito pela passividade da política fiscal e monetária, o que dá no mesmo) está entre as causas básicas da escassez. Ele permite à demanda fugir de qualquer controle [em inglês: *run away*] em várias áreas [...] Mas, mesmo se a incluirmos entre as causas fundamentais, não é uma causa independente que pudesse ser mudada em si. A passividade da política fiscal e monetária nada mais é que uma expressão no plano financeiro do fato de que o setor das firmas é controlado por coordenação burocrática, principalmente com o arsenal do controle direto, e não por coordenação de mercado com o arsenal de preços e moeda” (KORNAI, *ibidem*, p. 277).

A escassez dos produtos de consumo só não era pior porque a direção do plano garantia insumos e mão-de-obra para as empresas que os produziam e impedia, por medida administrativa, ou seja, por ordem política, que as empresas comprassem bens alocados ao consumo. Mas, de uma forma geral, *a oferta de bens e serviços de consumo era muito menor do que a demanda solvável por eles*. As pessoas tinham dinheiro, ganho com seu trabalho, e desejavam comprar pelos preços fixados produtos que, em geral, faltavam nas lojas. A escassez era agravada pela insuficiência de investimento na distribuição, encarada como atividade improdutiva, numa interpretação equivocada do pensamento de Marx.

A escassez atingia também as empresas e os serviços públicos, igualmente prejudicados pela “fome dos investimentos”. Em geral, as empresas tinham dificuldade em obter os insumos que o plano lhes destinava. O dinheiro para pagá-los não era problema, simplesmente não estavam à venda no momento em que se tornavam necessários. O que levava os diretores das empresas a empregar intermediários e pagar propinas para conseguir os fornecimentos. Para se prevenir contra a escassez, as firmas formavam estoques de insumos e ocultavam sua existência dos superiores para não serem confiscados. Obviamente, isso agravava a escassez.

As famílias faziam a mesma coisa. Tão logo surgia nas lojas algum artigo até então em falta, todos formavam filas e compravam muito mais do que necessitavam, para ter reservas. O resultado era a generalização e o agravamento da escassez. Criou-se o que os economistas chamam de “mercado de vendedor”. Os vendedores sempre tinham mais clientes do que podiam atender, mas não tinham autorização para aumentar os preços que cobravam. Por isso, tratavam os clientes com indiferença, se não com desprezo, deixando-se bajular e eventualmente corromper para cumprir seu dever de vender.

Do ponto de vista de seus resultados sociais e econômicos, o planejamento social era bem diferente do capitalismo. Neste, uma parte da população não

tem emprego e outra ganha menos do que precisa para satisfazer suas necessidades básicas. Nos países semidesenvolvidos, como o Brasil, os excluídos e os pobres provavelmente constituem quase a metade da população. Mas a outra metade, que tem renda suficiente e mais do que suficiente, não tem qualquer dificuldade para comprar. Os mercados de consumo são geralmente “de comprador”: há mais oferta do que demanda, os vendedores se esforçam para agradar os clientes, inundam-nos de propaganda e tentam seduzi-los com sorteios, ofertas, descontos etc.

Nas economias centralmente planejadas, só a elite estatal e partidária escapa da penúria, porque tem acesso privilegiado a bens e serviços por medida administrativa: lojas exclusivas, hotéis de veraneio exclusivos, carros oficiais, moradias oficiais. Todo os outros estão sujeitos ao comércio estatal, em que faltam muitos produtos e é preciso estar alerta o tempo todo para saber onde está se formando alguma fila para pegar um lugar nela e comprar o que quer que esteja sendo ofertado antes que acabe. As pessoas, segundo Kornai, são forçadas a se ajustar, gastando o seu dinheiro com o que conseguem comprar, mesmo que esteja longe de ser o que prefeririam. Isso produziu imensa frustração, sobretudo nas camadas que, nos países capitalistas, seriam de classe média e neles usufruiriam um padrão de vida confortável. Convém lembrar que os formadores de opinião faziam parte dessas camadas.

O sacrifício dos que ganhavam melhor não decorria de uma melhor distribuição de renda, em que eram poucos os pobres e excluídos. Ele decorria de um esforço imenso para acelerar o crescimento, que com o passar do tempo passou a dar resultados cada vez menores. Faltavam as punições financeiras aos que tomavam decisões erradas de investimento, que no mercado capitalista são muito severas. E que nas empresas estatais dos países capitalistas também ficam impunes. O relato de Kornai a respeito é muito expressivo:

“Tomados em conjunto, os projetos de investimento aprovados oficialmente requerem mais insumos do que os fisicamente disponíveis.

[...] A reação se dá no quadro do controle burocrático direto na maioria dos casos: as organizações mais altas intervêm, tomando decisões de improviso sobre quem deve receber o produto ou recurso no momento em falta e quem deve ficar sem. Normalmente, nenhum projeto em andamento é paralisado completamente, inclusive porque cada um tem advogados poderosos na burocracia. Em vez disso, interrupções fazem com que certo número de diferentes projetos se desacelerem simultaneamente. Essa prática leva à dissipação do investimento, ao prolongamento severo do tempo de aprovação e de conclusão e a um grande aumento dos custos”.

E, numa nota de rodapé, Kornai acrescenta:

“O processo de obter permissão leva tanto tempo que quando a decisão é tomada o projeto está obsoleto. Na União Soviética, nos anos 80, 25% dos projetos haviam sido feitos entre dez e 20 anos antes. [...] Uma comparação de projetos de investimento num certo número de indústrias mostra que, nos anos 60, levava de duas a cinco vezes mais tempo completar um projeto na Hungria do que no Japão”.

E, no que se refere diretamente ao desenvolvimento de novas forças produtivas, o desempenho do “socialismo real” em comparação com os países capitalistas não chegou sequer a ser sofrível. Kornai apresenta uma compilação de 50 importantes inovações tecnológicas realizadas entre a Segunda Guerra Mundial e 1983. Nada menos de 38 foram inventadas nos Estados Unidos, apenas quatro na União Soviética e uma na Romênia. As demais em outros países capitalistas. São inovações na produção civil, boa parte derivada de invenções no campo militar. Nesse período, a União Soviética investiu muito em atividades de pesquisa e desenvolvimento e alcançou certa paridade com os Estados Uni-

dos na corrida armamentista, inclusive na competição tecnológica militar. Mas, enquanto os Estados Unidos conseguiram, a partir dos avanços na área militar, gerar grande número de inovações civis, as economias centralmente planejadas se mostravam estéreis a esse respeito.

As causas dessa esterilidade estão no próprio planejamento e não apenas em sua implementação burocratizada. A aplicação de inovações desorganiza parte da economia, à medida que processos ou produtos novos substituem os até então em uso.

No capitalismo, mecanismos de mercado asseguram a aplicação de inovações e distribuem ao acaso os efeitos da “destruição criadora”: regiões prósperas tornam-se decadentes, milhares de trabalhadores ficam desempregados, firmas antigas quebram, categorias profissionais inteiras perdem sua qualificação, que deixa de ter utilidade. A destruição criadora é um dos pontos fracos do capitalismo, que se mostra pouco inclinado a prever ou compensar as perdas impostas. Mas, por outro lado, as forças produtivas se renovam sem cessar, impulsionando o crescimento da produtividade e revolucionando o padrão de vida.

Nas economias centralmente planejadas, a inovação tecnológica depende para sua aplicação de instâncias políticas que temem ser prejudicadas por ela. Apesar de seu poder absoluto, a cúpula está inserida em densa teia de interesses constituídos, dos quais depende a implementação do plano, que é a prioridade máxima. Não surpreende que a preocupação com os prejuízos supere o entusiasmo pelos benefícios prometidos pela inovação, na maior parte das vezes. A grande promessa de que o planejamento geral liberaria as forças produtivas da anarquia da produção ensinada pelo mercado frustrou-se inteiramente. O planejamento geral é capaz de produzir progresso tecnológico em áreas em que ele é prioritário, como foi o caso do poderio militar. Mas na produção civil ele aborta novas forças produtivas, pois a prioridade tende a ser expandir sempre mais as estruturas existentes.

Planejamento e mercado – O capitalismo é uma economia de mercado em que as empresas que participam dele são planejadas. O mercado pode ser visto como um sistema de coordenação de planos particulares, inclusive das famílias e dos governos. Se consideramos os atores econômicos divididos nestas três categorias – firmas, famílias e governos – fica claro que a sua interação em mercados é a forma pela qual elaboram e tentam implementar seus planos. Firmas, famílias e governos formulam as partes econômicas de seus planos a partir de parâmetros de mercado – preços e quantidades transacionadas – e as implementam mediante compras e vendas em mercados.

Cada plano implica um centro que coordena as atividades dos participantes. Dentro do plano, as relações entre os participantes estão predeterminadas e não sujeitas ao acaso. Quando o acaso intervém, o plano malogra. No mercado, por outro lado, não há centro coordenador e as relações entre os participantes evoluem livremente de acordo com sua própria dinâmica. Nesse sentido, designar a competição em mercado como “anarquia da produção” se justifica, pois efetivamente *anarquia* quer dizer ausência de poder. E no mercado não há qualquer poder outro que o dos participantes e competidores. O resultado da *livre* competição é a rigor imprevisível e está, em parte, sujeito ao acaso. Quando os planos dos participantes do mercado são por acaso harmônicos, todos eles se realizam, e neste caso o resultado da competição é o previsto por cada um dos competidores. *A anarquia decorre do fato de que os planos privados dos competidores são mantidos em segredo uns dos outros, o que impede sua coordenação prévia.* O importante aqui é o “prévio”. Uma vez em ação, o mercado impõe a compatibilização dos planos privados, pela força, eliminando alguns e premiando outros. Cada competidor faz o seu lance, no escuro, sem conhecer previamente os dos outros, portanto sem poder se ajustar a eles.

Os maiores partidários do mercado são os economistas neoclássicos, que imaginam o mercado perfeito, em que os participantes têm *por suposição* todas as informações necessárias para agir racionalmente. Leon Walras concebeu

um mercado não-anárquico, em que o tempo real é substituído pelo tempo lógico, no qual todas as decisões são reversíveis. O mercado de Walras é dirigido por um leiloeiro, que recebe previamente todos os lances – ofertas e demandas – dos agentes, os estuda e os devolve a seus autores, indicando-lhes em que direção devem modificá-los para se ajustar aos outros. Os lances são feitos e devolvidos tantas vezes quantas forem necessárias para sua completa compatibilização. Aí o leiloeiro abre o mercado e tudo o que é ofertado é vendido e tudo o que é demandado é comprado.

O constructo de Walras mostra como é primitivo e falível o mercado realmente existente, com seu tempo real e sem leiloeiro. Funcionando normalmente, o mercado destrói milhares de projetos, não endossados pelos outros agentes. Como o mercado na maior parte do tempo funciona “anormalmente”, impulsionado por ondas de otimismo ou abalado por pânico, seguido de letargia, o volume de projetos expandidos na alta e liquidados na baixa é muito maior.

Em lugar do leiloeiro mítico, o mercado capitalista tratou de enquadrar o tempo pela esfera financeira. A cada momento, o mercado decide o futuro de firmas, famílias e governos. Só têm futuro econômico aqueles que conseguem vender. Agora, o futuro é separado do presente e toma a forma de ativos financeiros, que são em geral títulos de crédito, públicos ou privados, ou ações de sociedades anônimas. Estes são transacionados em leilões diários, de modo que suas cotações refletem – ou se crê que refletem – o grau de apoio que têm do “público”. O mercado financeiro imita parcialmente o mercado não-anárquico de Walras, pois os agentes não se dividem em compradores e vendedores, podendo a cada momento ser uma coisa ou outra. Essa completa reversibilidade dos papéis permite ao agente corrigir sua posição⁶ de acordo com os indicadores que o mercado vai produzindo a cada momento.

Os contratos negociados nos mercados financeiros sempre se projetam no tempo, pois seu valor decorre da renda futura que sua posse permite auferir. Se

6. Infelizmente, corrigir não equivale a revogar. Quando há reviravolta no mercado, a maioria dos agentes que não a previu sofre perdas pesadas. Definitivamente, o mercado financeiro é uma aproximação muito pobre e imperfeita do mercado sonhado pelos neoclássicos.

alguém compra um automóvel Volkswagen, está dando um endosso ao plano dessa firma, embora sua intenção seja meramente possuir um veículo. A participação de cada firma nas vendas totais de carros indica o grau de aceitação de seu produto e, portanto, a maior ou menor viabilidade de seu plano de produção, acumulação de capital, desenvolvimento de novos processos e produtos etc. Mas este mesmo dado é produzido com maior frequência pela cotação das ações da Volkswagen nas Bolsas de Valores. Todos os dias o pregão da Bolsa permite acompanhar, hora a hora, como o “público” avalia não o produto da empresa mas a própria empresa. Isso indica em tempo real, a cada momento, o futuro possível do plano dessa firma, em comparação com o das demais.

No capitalismo atual, o mercado financeiro cumpre o papel que no “socialismo real” cabe à onipotente direção do plano. Como se viu na seção anterior, ela intervém na execução do plano sempre que a “fome de investimentos” ultrapassa a disponibilidade de produtos, condição quase permanente na economia da escassez. Ela trata de arbitrar entre as demandas das firmas investidoras, as exigências do balanço de pagamentos, as demandas dos serviços públicos e as necessidades dos consumidores. Isso é feito politicamente, num processo não aberto, do qual o povo está ausente. De acordo com Kornai, essa arbitragem é feita de forma não planejada, caso a caso, de improviso, repartindo a escassez e tornando “anárquica” a execução do plano.

É muito provável que, nos países capitalistas, os projetos de inversão tenham as mesmas características dos que são submetidos à direção do plano no “socialismo real”, isto é, que os recursos a serem absorvidos e o tempo gasto em sua implementação estejam *severamente subestimados*. Há muito material anedótico que reforça esta hipótese. Mas, no capitalismo, os planos de investimento não são submetidos a um poder central mas ao mercado financeiro, nas pessoas dos administradores de fundos alheios: diretores de bancos, de fundos de investimento, de pensão etc. São eles que vão arbitrar entre as firmas competidoras por financiamento, disputado também pelos governos e pelas famílias

(pois dívidas públicas e de consumidores também assumem a forma de títulos negociáveis).

A arbitragem feita no mercado financeiro é completamente diferente da que ocorre no “socialismo real”. Seus autores não formam um centro de poder mas uma massa de especuladores que visa maximizar ganhos em curto prazo. Sua informação sobre os “fundamentos” econômicos das firmas, famílias e governos é precária e sua interpretação se baseia nos postulados do neoliberalismo. Pela lógica das bolsas, importa a cada agente adivinhar o que pensa a maioria dos outros, pois a previsão da maioria tornar-se-á realidade apenas porque é compartilhada pela maioria. Se esta acredita que determinado título ou ação deverá se valorizar, irá comprá-lo, o que fará com que a profecia se torne realidade. E, se ela acredita o contrário, sua ação conseqüente fará com que se desvalorize.

O resultado no mercado financeiro é que ele passa por seguidos ciclos financeiros, sempre compostos por uma fase de alta, em que uma bolha especulativa supervaloriza determinados ativos financeiros, seguida por crise, pânico, bancarrotas etc. e perda de valor dos mesmos ativos. Conforme a política econômica do governo e da autoridade monetária, o ciclo financeiro pode desencadear um ciclo de conjuntura que afeta toda a economia ou não.

A principal diferença entre a regulação financeira no capitalismo e a regulação político-administrativa no “socialismo real” é que a primeira faz a economia oscilar entre fases de grande crescimento, em que os mercados tendem a ser “de vendedor” e a escassez de produtos se traduz em inflação aberta ou reprimida, e fases de crise e depressão ou recessão, em que os mercados voltam a ser “de comprador”, há superprodução, desemprego em massa e crescimento nulo ou negativo. Já no planejamento geral, a economia fica o tempo todo na fase de alta, em que a escassez se reproduz ampliadamente e a produção e o investimento perdem cada vez mais eficiência.

Parece claro que a economia socialista precisa encontrar um modo diferente de regular a economia, que seja democrático e participativo e pelo qual toda a

sociedade possa manifestar suas preferências. Isso leva a crer que esse novo modo de regulação terá de ser explicitamente *político*, reconhecendo de partida que os cidadãos têm interesses, percepções e preferências diferentes e que o modo de regulação deve permitir o confronto e a negociação dessas diferenças com o fim explícito de produzir ou um consenso ou, se este for impossível, uma posição majoritária.

Mas isso não significa que a regulação por mercados possa ser inteiramente abandonada. Precisamos de mercados porque é a forma de interação que conhecemos, que permite manter as diversas burocracias separadas, evitando que um poder total se aposses da economia. O objetivo da economia socialista (sem aspas) é certamente satisfazer da melhor maneira as necessidades e preferências dos consumidores, mas não só. Nele se inclui também a desalienação do trabalhador, o que implica superar a hierarquia nas empresas e a desinformação acarretada pela divisão do trabalho. Numa economia socialista, trabalhadores e consumidores devem ser livres, o que implica poder de escolha e possibilidade de participação – direta ou indireta – nos centros de decisão sobre o destino da economia.

O modo de regulação geral, de caráter democrático e participativo, poderá ter a forma de um *parlamento econômico*, com seus membros eleitos por partidos políticos ou corporações setoriais (por ramo de produção, profissão etc.). Sua missão seria elaborar políticas fiscais e de crédito que permitissem arbitrar entre demandas competitivas por “financiamento”, isto é, pelos frutos do trabalho social futuro. Além disso, esse corpo deliberativo deveria almejar a produção de conhecimentos que permitissem tornar os projetos por detrás de cada demanda mais transparentes e as projeções do futuro em que se baseiam mais consistentes. Em outras palavras, a economia socialista tem de evitar a subestimação do custo real, em recursos e tempo, dos projetos de investimento, para poder submetê-los a uma arbitragem racional.

Não haveria plano geral, do tipo soviético, mas planos particulares de firmas, famílias e governos a serem conciliados em mercados e no plano geral, pelo

parlamento econômico. *Mercados são essenciais para possibilitar ao indivíduo o direito de escolha, como trabalhador e como consumidor*. O qual implica o direito ao arrependimento e o direito de saída da instituição, cujo exercício teria de ser restrito pelo respeito aos direitos dos demais indivíduos⁷. Não há vantagem em sistemas de racionamento, isto é, de alocação política de bens e serviços. O que se deveria almejar seria a distribuição gratuita de produtos essenciais, tendo em vista tornar o seu consumo universal, como os serviços de saúde e de ensino. Mas isso é o oposto do racionamento, que sempre distribui produtos escassos.

O grande argumento contra a distribuição por mercados é que eles tendem a favorecer os ricos e, no caso dos mercados financeiros, a aumentar os desníveis econômicos. Ora, uma economia socialista não pode tolerar a existência de pobres. Qualquer cidadão teria de ter acesso pleno à satisfação de suas necessidades básicas, mediante a criação de uma renda cidadã suficiente. A partir desse ponto, a persistência ou não de desigualdade econômica deveria ser deixada ao parlamento econômico, dependendo da noção de justiça da maioria dos cidadãos nele representados. Há um argumento de peso, no entanto, de que alguma desigualdade econômica deve ser permitida exatamente para garantir aos indivíduos o direito de escolha entre diferentes estilos de vida. A igualdade econômica geral tornaria esse direito quase inexistente.

O socialismo como autogestão – A Revolução Russa extremou uma distinção que já havia entre duas concepções de socialismo, que até então conviviam nas mesmas organizações partidárias, sindicais e cooperativas. Uma destas concepções, como vimos na segunda seção, via no socialismo o continuador do capitalismo, ao menos durante uma longa fase de transição para o comunismo. Na União Soviética, essa concepção adquiriu caráter totalitário, ao ver no planejamento geral e na concentração do poder os princípios do socialismo. A outra via no socialismo a ruptura com a ditadura do capital nas empresas e sua

7. Quando um indivíduo deixa uma empresa, ele tem o direito de levar consigo um valor correspondente a sua contribuição ao fundo divisível. Pelo menos, esta é a norma nas cooperativas de produção hoje em dia. Como a retirada de valor do fundo pode afetar a empresa, ela pode ser posposta ou parcelada. De uma forma geral, o direito essencial à saída tem por limite os direitos dos que ficam na empresa ou instituição.

substituição pela gestão coletiva dos meios de produção exercida pelos produtores livremente associados.

A concepção autogestionária era herdeira de Owen, Fourier e outros socialistas utópicos do século XIX, que imaginavam a passagem para o socialismo mediante a construção de comunidades livres e igualitárias, cujo exemplo converteria a maioria a favor da nova sociedade. Owen exerceu real liderança política na Inglaterra, na primeira metade do século passado, tendo merecido o maior respeito e consideração da parte de Marx e Engels. Ele ajudou a formar cooperativas e lhes atribuiu uma missão revolucionária, qual seja a de organizar operários grevistas para tomar o mercado dos capitalistas. A primeira tentativa de fazer isso, na década de 1830, fracassou, mas a idéia sobreviveu e inspirou os Pioneiros de Rochdale, cuja cooperativa, fundada em 1844, tornou-se a mãe de todas as cooperativas.

O cooperativismo operário e camponês teve grande desenvolvimento na Europa e depois na América do Norte e em outras partes do mundo. Cooperativas de consumo tornaram-se organizações de massa na Grã-Bretanha, formaram centrais atacadistas que se lançaram ao comércio internacional, chegando a possuir plantações nas colônias. Cooperativas de crédito foram criadas para camponeses e para artesãos, na Alemanha, também a partir de meados do século XIX, e se difundiram por toda a Europa. O mesmo aconteceu com cooperativas de produção a partir da França e com cooperativas de trabalho a partir da Itália. Pode-se dizer que o cooperativismo como desafio prático e pacífico ao capitalismo era uma realidade significativa no fim do século XIX, quando se tratou de criar a Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Na época, estourou um grande debate no meio cooperativista, a respeito da autogestão nas empresas criadas por cooperativas de consumo e de comercialização agrícola, as mais poderosas então. A maioria dos líderes e teóricos do cooperativismo, que tomaram a iniciativa de formar a ACI, eram partidários das cooperativas de produção autogestionárias e esperavam que as cooperativas de

consumo as capitalizassem e lhes comprassem a produção. Mas os dirigentes das cooperativas de consumo preferiam formar empresas industriais e agrícolas, com mão-de-obra assalariada. Não queriam que os trabalhadores tivessem participação nos lucros e muito menos na gestão das empresas. Era claro que essa posição estava em contradição com os princípios socialistas do cooperativismo, mas tinha a seu favor o fato de que os próprios trabalhadores daquelas empresas não reivindicavam a autogestão, satisfazendo-se com os direitos sindicais e trabalhistas.

Essa luta terminou com a vitória dos que se opunham à autogestão e representavam o alvorecer de um cooperativismo de negócios, que se tornou muito comum daí em diante. O mesmo aconteceu com as cooperativas de comercialização agrícola, que se multiplicaram e fortaleceram, formando indústrias de alimentos para defender seus associados dos intermediários privados. Também nestas indústrias, os trabalhadores eram assalariados. Em muitos casos (inclusive no Brasil), as empresas agroindustriais das cooperativas agrícolas tornaram-se muito fortes economicamente. Possuíam *staffs* de engenheiros e outros especialistas, e seus dirigentes assumiam a condição de grandes executivos, o que de fato eram. Os pequenos agricultores, nominalmente donos da cooperativa, tornaram-se dependentes da direção da cooperativa para vender seus produtos a bom preço e obter insumos a crédito. A dominação e a exploração de camponeses por “suas” cooperativas passaram a ser bastante comuns, evidenciando tendências degenerativas no cooperativismo.

Não obstante, continuou viva a idéia de que trabalhadores associados poderiam organizar-se em empresas autenticamente autogestionárias e desafiar assim a prevalência das relações capitalistas de produção. No início da Revolução Russa, essa prática foi bastante geral e inspirou a Oposição Operária durante anos. Ela surgiu em outras oportunidades revolucionárias, na Guerra Civil Espanhola, na Polônia e em diversas ocasiões. O governo comunista da Iugoslávia, chefiado por Tito, após romper com Stalin, em 1948, introduziu a

autogestão em todas as empresas do país, combinando-a com o planejamento geral, possivelmente na linha do que defendia a Oposição Operária, no começo dos anos 20. Foi a mais extensa experiência de socialismo autogestionário, tendo durado quase 40 anos. Gradativamente, o planejamento geral foi sendo substituído por uma espécie de socialismo de mercado, infelizmente distorcido pelo regime de partido único.

Outra experiência de socialismo autogestionário de vulto foi a dos *kibutzim* em Israel. São comunas que constituem cooperativas integrais, isto é, de produção e de consumo. Os meios de produção são de propriedade coletiva, o trabalho é organizado e administrado por comitês eleitos, todas as decisões mais importantes são tomadas em assembléia. A primeira geração de membros dos *kibutzim* praticou o lema comunista: “De cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades”; não circulava dinheiro na comunidade, homens e mulheres trabalhavam por igual, e recebiam *in natura* seus meios de subsistência. O primeiro *kibutz* data de 1910 e seu número cresceu continuamente, alcançando cerca de 125 mil habitantes nos anos 80.

Falta fazer referência ao que talvez seja hoje a mais importante experiência de socialismo autogestionário: o Complexo Cooperativo de Mondragón, no País Basco (Espanha), fundado pelo padre José Maria Arizmendiarreta, a partir de uma escola profissional, em 1956. É formado hoje por mais de cem cooperativas, que se espalham pela Espanha e têm em conjunto mais de 40 mil membros. As primeiras cooperativas de Mondragón eram industriais, mas logo em 1959 foi criada a Caja Laboral Popular, que se tornou um dos maiores bancos do país e é uma cooperativa de segundo grau, de propriedade das demais cooperativas do Complexo. Mas, em todas as cooperativas de segundo grau de Mondragón – há várias dedicadas à pesquisa tecnológica, outra de seguro social etc. –, os trabalhadores e empregados são sócios da cooperativa também.

Em seu início, o trabalho assalariado no Complexo estava limitado a 10% do total e tinha caráter temporário, a diferença entre retirada máxima e mínima era

de 4 para 1 e em cada cooperativa havia um Conselho Social que representava os trabalhadores na Junta de Governo, eleita por eles. O Complexo Cooperativo de Mondragón funciona hoje como um grande conglomerado multinacional, em competição com os seus similares capitalistas.

Todas as experiências autogestionárias aqui resumidas passaram ou ainda passam por crises. Após a morte de Tito, a Iugoslávia explodiu em lutas étnicas de excepcional crueldade, que acabaram com o país e sua experiência autogestionária. Economicamente, ela havia proporcionado à Iugoslávia um desenvolvimento mais equilibrado e um autoritarismo político atenuado, em comparação com os países do “socialismo real”.

Os *kibutzim* atingiram o seu apogeu nos anos 80, mas a nova geração rebelou-se contra alguns dos princípios de seus pais e avôs, como o das crianças serem criadas separadamente dos pais, na Casa das Crianças. Gradativamente, com o aumento do padrão de vida, os gastos com serviços adquiridos fora do *kibutz* foram crescendo, tornando mais importante a disponibilidade de dinheiro. Resolveu-se dar oportunidade de estudo universitário a todos os membros e muitos passaram a trabalhar como profissionais liberais fora do *kibutz*. Tendências desagregadoras culminaram recentemente no pagamento de remunerações em dinheiro e na cobrança em dinheiro também de todos os bens e serviços consumidos. Em alguns *kibutzim* chegou-se ao extremo de diferenciar a remuneração, de acordo com critérios aceitos pela maioria, com a menor remuneração sendo igual ao salário médio do país.

Em Mondragón, a necessidade de competir no âmbito da União Européia levou à adoção de medidas centralizadoras, com a redução da autonomia das cooperativas no complexo; aumentou a margem de trabalho assalariado e a diferença entre retirada máxima e mínima. Para uma parte dos trabalhadores, a única vantagem que o cooperativismo lhes dá é segurança no emprego. Aumenta a distância entre a cúpula de velhos cooperadores e a base de operários que não viveram os anos heróicos de sua criação, na Espanha de Franco.

As crises e tendências degenerativas indicam que o socialismo autogestionário, construído dentro de sociedades capitalistas, tem poucas possibilidades de provocar uma transformação estrutural na economia inclusiva. Os *kibutzim* e Mondragón, não obstante, tiveram uma influência política considerável, inspirando movimentos semelhantes em outros países. Hoje, o cooperativismo autogestionário assume dimensões significativas em vários países, sobretudo na Itália, na Espanha e no Canadá, e vai ganhando importância em países vítimas de desemprego em massa, como o Brasil.

A economia socialista dificilmente será alcançada por meio do mero crescimento da economia solidária, que abrange também o cooperativismo de crédito, bancos do povo, clubes de troca e outras instituições. *A importância dessas experiências é o aprendizado que proporcionam a segmentos da classe trabalhadora de como assumir coletivamente a gestão de empreendimentos produtivos e operá-los segundo princípios democráticos e igualitários.* Como ficou dramaticamente evidente na Revolução de Outubro, a falta de conhecimentos gerenciais e políticos pode representar um obstáculo decisivo ao avanço rumo a uma economia socialista, mesmo quando as circunstâncias parecem favoráveis.

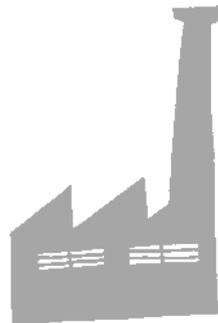
A conquista de uma economia socialista será fruto, provavelmente, do avanço do movimento operário e socialista em uma série de frentes: na extensão da democracia do âmbito político ao econômico e social; da participação da população organizada na elaboração de orçamentos públicos e na gestão de equipamentos escolares e de saúde; da conquista de governos locais e regionais por coligações de esquerda que possam pôr em prática desde já políticas socialistas, inclusive de apoio e fomento a empresas autogestionárias; de novos direitos de representação operária nos locais de trabalho, com direito de exame das contas da empresa e de participação em seus centros de decisão; e por fim, mas não por último, a construção de um setor de economia solidária nas cidades e no campo, inclusive em terras conquistadas pela reforma agrária, em que pro-

dução, distribuição e consumo, crédito e seguro formem um todo multiforme e harmonioso em que se reforcem mutuamente.

A organização socialista da produção – No atual patamar tecnológico, parece adequado que a produção esteja organizada em um número grande de empresas autônomas de diferentes tamanhos. Elas pertenceriam coletivamente aos trabalhadores associados ou a uma sociedade de trabalhadores e consumidores. Em nenhuma das empresas o capital seria de propriedade de terceiros, isto é, de não-trabalhadores ou não-consumidores. A organização das empresas deveria se submeter aos princípios do cooperativismo, particularmente ao da autogestão, que tem por base um voto por cabeça, a soberania da assembléia dos sócios e a eleição para todas as instâncias de mando. Outro princípio importante seria o da porta aberta: os indivíduos teriam o direito de ingressar na empresa e de deixá-la, evidentemente respeitando os interesses dos demais integrantes.

As empresas teriam a possibilidade de se federar, constituindo o que hoje são cooperativas de segundo grau, terceiro grau etc. Essas multiempresas socialistas também seriam administradas de acordo com os princípios da autogestão. As empresas socialistas federadas preservariam sua autonomia parcial e a base do poder de decisão teria de ser a assembléia geral de todos os sócios ou delegados eleitos por eles. Portanto, elas seriam muito diferentes das multiempresas capitalistas, que são geridas autoritariamente a partir de um centro único. A razão de federar empresas seria a economia de escala em serviços comuns (contabilidade, comercialização, pesquisa etc.) e a coordenação de atividades complementares, como o desenho de produtos que uma empresa fornece a outra.

Em nenhum tipo de empresa socialista haveria trabalhadores assalariados, a não ser em casos excepcionais em que o trabalhador, tendo a opção de se associar à empresa, prefere não o fazer. Mesmo assim, o trabalho assalariado só



seria aceitável em caráter temporário, até que a empresa tenha encontrado trabalhadores que possam cumprir a função e se tornem sócios.

Um aspecto delicado é o da competição entre empresas socialistas. Esta não deveria existir, já que seria artificial criar uma oposição de interesses entre empresas socialistas. O ideal é que se formassem grandes cooperativas de consumidores – como houve muitas até meados deste século – que pudessem se associar a um elevado número de cooperativas de produção. Em cada uma delas, a direção seria compartilhada por representantes de trabalhadores e consumidores, de modo que os interesses de ambos estivessem presentes nos planos econômicos a serem desenvolvidos. Isso tornaria a competição entre empresas desnecessária. A competição pode ser agradável aos compradores, mas implica considerável desperdício de valor, causado por estoques invendáveis ou que só podem ser vendidos a preços de liquidação. O ideal é ajustar a produção em quantidade, qualidade e preço às necessidades dos consumidores, de antemão e não por tentativa e erro, como faz a competição em mercado.

Isso permite recolocar a questão da regulação por mercado ou por órgão político representativo. *O mercado socialista difere do capitalista porque não é matriz de acumulação de capital privado.* A acumulação se dá em empresas pertencentes coletivamente a seus participantes ativos, como produtores ou consumidores. O parlamento econômico deveria desenvolver políticas de fomento que impedissem a polarização de empresas exitosas cada vez mais ricas de um lado e outras, desfavorecidas e cada vez mais pobres, de outro. As razões do insucesso das últimas deveriam ser apuradas e superadas numa ação conjunta dos sócios com os representantes dos consumidores, contando com o apoio externo de consultorias, laboratórios e centros de treinamento.

A função do mercado socialista é viabilizar a liberdade de iniciativa de pessoas ou grupos com novas idéias ou novos projetos. Eles deveriam ser encorajados a oferecer seus produtos sem constrangimento e sem ter de obter licença de alguma instância planejadora. A sociedade socialista deveria encorajar jo-

vens, trabalhadores desempregados em função do avanço tecnológico ou de outras mudanças, consumidores insatisfeitos com bens ou serviços etc. a tomar a iniciativa de inventar novos produtos, novos processos de produção e lançá-los em competição com os existentes. A competição nesses casos deveria durar até que os consumidores estivessem decididos a adotar os produtos novos ou ficar com os velhos.

Caberia aos bancos (que provavelmente seriam públicos) financiar os projetos novos, segundo normas e diretrizes aprovadas pelo parlamento econômico. Os bancos deveriam funcionar como incubadoras ou ter ligação com incubadoras de empresas socialistas. A função do sistema financeiro seria apoiar os projetos que representantes dos consumidores considerassem de grande potencial ou significação social. *É possivelmente a forma melhor de desenvolver novas forças produtivas.* Ao mesmo tempo, o sistema financeiro teria por incumbência liquidar iniciativas fracassadas ou que esgotaram sua utilidade social. A insuficiência de demanda por seus produtos deveria ser o principal indicador de fracasso, mas se as pessoas envolvidas num desses projetos quisessem continuá-lo, a decisão final deveria caber a elas.

A economia socialista no sistema socialista – O sistema capitalista engloba diversos modos de produção além do capitalista. Nele atuam, lado a lado, trabalhadores por conta própria que formam a produção simples de mercadorias, empresas públicas e privadas sem fins de lucro, produção para auto-subsistência nos lares e cooperativas autogestionárias, que constituem um embrião ou “implante” socialista. O sistema é capitalista porque o modo de produção capitalista é econômica e socialmente predominante. Os outros modos de produção se submetem e se adaptam à supra-estrutura legal e política que fundamenta a hegemonia capitalista.

Acredito que no socialismo não deveria ser diferente. Nos países do “socialismo realmente existente” os outros modos de produção estavam proibidos,

acabando por constituir atividades econômicas ilegais e semi-ilegais. Isso viola direitos humanos essenciais. Todos os cidadãos devem ter o direito de organizar suas atividades econômicas de acordo com suas preferências, desde que não firam direitos alheios. Portanto, de todos os modos de produção conhecidos, só a servidão e a escravidão deveriam ser proibidas.

A experiência autogestionária contemporânea, no Brasil e alhures, deixa claro que muitos trabalhadores preferem ser assalariados, mesmo tendo a oportunidade de trabalhar por conta própria ou em cooperativas. Se no futuro o socialismo se tornar hegemônico, é possível e até provável que a maioria prefira integrar empresas socialistas. Para que tais empresas sejam autenticamente socialistas, é imprescindível, no entanto, que os que a elas se associarem o façam espontaneamente. O que só será possível se houver empresas capitalistas, por conta própria, e outras oferecendo entradas alternativas na produção social.

Em suma, a economia socialista provavelmente sofrerá (por quanto tempo ninguém sabe) a concorrência de outros modos de produção. Ela estará permanentemente desafiada a demonstrar sua superioridade em termos de auto-realização dos produtores e satisfação dos consumidores. O que talvez leve à conclusão de que a luta pelo socialismo nunca cessa. Se este for o preço que os socialistas terão de pagar para ser democratas, ousou sugerir que não é demasiado.

Bibliografia

- KOOL e OBERLÄNDER (org.). *Arbeiterdemokratie oder Parteidiktatur*. Breisgau, Walter Verlag-Olten, 1967.
- KORNAI, János. *The socialist system. The political economy of communism*. Princeton, Princeton University Press, 1992.
- LENIN, Wladimir. *Questions of the socialist organization of the economy*. Moscou, Progress Publishers, s/d.
- MARON, Stanley. *Kibbutz in a market society*. Ramat Efal, Yad Tabenkin, 1993.
- MARX *Engels Werke*. Berlim, Dietz Verlag, v. 19, 1978.
- SINGER, Paul. *A utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- WHYTE, William e WHYTE, Kathleen. *Making Mondragón, The growth and dynamics of the worker cooperative complex*. Ithaca, Cornell University Press, 1996.

Notas e referências

- p. 9 a 17 – Os trechos citados da obra de Friedrich Engels *Socialismo utópico e socialismo científico* (São Paulo, Atena Editora, s/d) tiveram a tradução revista à luz da versão alemã contida em *Marx Engels Werke* (Berlim, Dietz Verlag, 1978, v. 19). As partes em itálico foram sublinhadas por Paul Singer.
- p. 18 – A citação de Oskar Anweiler está na “Introdução” da obra de KOOL e OBERLÄNDER (org.). *Arbeiterdemokratie oder Parteidiktatur* [Democracia operária ou ditadura de partido]. Breisgau, Walter-Verlag Olten, 1967, p. 47.
- p. 19 – A citação de Lenin é do texto “Immediate tasks of the Soviet government” (In: LENIN, W. *Questions of the socialist organization of the economy*. Moscou, Progress Publishers, s/d, p. 126-27).
- p. 20 – A citação de Lenin é do texto “Leftwing childishness and petty-bourgeois mentality” [Infantilidade esquerdista e mentalidade pequeno-burguesa] (Ibidem, ibidem, p. 145).
- p. 20-21 – As citações da Oposição Operária estão em KOOL e OBERLÄNDER (org.), op. cit., p. 173-78.
- p. 22 – A citação de Lenin é do texto “On Co-operation” (op. cit., p. 359).
- p. 24 – A citação de Janos Kornai é do livro *The socialist system, the political economy of communism* (Princeton, Princeton University Press, 1992, p. 57-8).
- p. 29 – As citações de Kornai são de sua obra citada acima, p. 273.
- p. 29 – As informações sobre demanda e racionamento são da mesma obra de Kornai, p. 242.
- p. 31 – A referência a Kornai remete à sua obra já citada, capítulo 11.
- p. 32 - As referências a Kornai estão em sua obra já citada, p. 165 e 298-300.

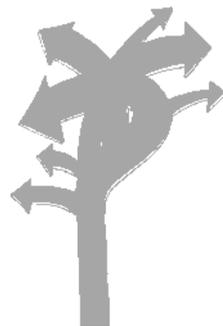
Comentários

João Machado

A visão clássica e sua real incidência no PT – Antes de mais nada, quero dizer que fico muito feliz de participar deste debate. Em primeiro lugar, acho que discutir hoje o socialismo é da maior importância, e infelizmente as possibilidades de fazê-lo de forma mais ampla têm sido muito pequenas ultimamente. Portanto, este Seminário é uma oportunidade muito especial.

Em segundo lugar, fico feliz em debater com o Paul Singer, que na minha opinião, dentro do PT e no âmbito do movimento mais amplo que ainda tem uma referência no socialismo no Brasil, tem sido nos últimos anos quem mais tem se empenhado para renovar essa discussão, para manter a questão do socialismo sempre atual.

Recentemente, cursei uma disciplina na Universidade de São Paulo (USP), com Paul Singer como professor, na qual o socialismo, seus problemas, suas possibilidades foram muito discutidos. E descobri então que o movimento pelo socialismo que existe hoje no Brasil é muito mais amplo do que eu imaginava. Fiquei surpreendido com a diversidade e a riqueza das experiências de formas de economia solidária existentes no Brasil e fora do Brasil. Acho que em geral os filiados do PT têm pouca noção da amplitude dessas experiências, e é muito importante divulgá-las e discuti-las mais.



Ao comentar a exposição do professor Singer pretendo privilegiar os aspectos que ele não privilegiou. Para explicar por quê, é interessante relatar a pequena conversa que tivemos antes do início deste debate.

Quando cheguei aqui hoje, ele me perguntou se eu tinha recebido o texto da sua exposição. Respondi que sim, e disse que havia achado o texto muito interessante, mas que, por outro lado, achava que ele tinha posto mais ênfase na crítica ao modelo de socialismo do tipo do que tinha existido na União Soviética do que em pensar como desenvolver formas de socialismo autogestionário. E que me parecia que esta era a parte mais interessante. Paul Singer disse que concordava comigo, mas que para uma exposição no PT tinha avaliado que não poderia deixar de se estender na parte crítica.

Fiquei pensando em qual seria a razão dessa avaliação. E concluí que deve ser a idéia de que o peso da concepção, digamos, mais tradicional de socialismo, assemelhado ao modelo que foi posto em prática na União Soviética, ainda é grande no PT.

O professor Singer acenou com a cabeça, concordando. Sendo assim, eu tenho uma avaliação muito diferente da dele a esse respeito. Acho que provavelmente o peso atual no PT dos defensores de concepções de socialismo assemelhadas ao chamado “modelo soviético” é muito menor; na verdade, acho que é extremamente reduzido. Eu diria mais, até. A visão de Marx, ou a de Lenin, não podem ser confundidas com o que se implantou na União Soviética. E a grande maioria dos que se referenciam nelas, como eu próprio, por exemplo, não apenas tem uma visão muito crítica do “socialismo que realmente existiu”, como além disso acha que é necessário repensar as idéias de Marx, ou de Lenin, ou até mesmo de Trotski (para citar um crítico fundamental do modelo de socialismo da União Soviética) sobre o socialismo à luz da experiência histórica.

Não creio que o conservadorismo na concepção de socialismo seja um problema hoje no PT. Pelo contrário, creio que o problema hoje é justamente o oposto. Ou seja, há uma tendência crescente dos filiados ao PT no sentido de

reduzir o socialismo a uma idéia moral bastante vaga – alguma coisa como a defesa de uma sociedade mais justa. Já quase não se defendem, de fato, concepções que tenham um conteúdo efetivamente socialista. O problema não está, portanto, num apego a idéias socialistas do passado, está na aceitação pouco crítica de muitas das idéias anti-socialistas do presente.

Por isso, acho que precisamos hoje discutir as idéias que Paul Singer apresentou na segunda parte do texto. Como podemos dar atualidade à questão do socialismo hoje? Como pensar formas de caminhar na direção do socialismo que não estejam sujeitas aos problemas levantados na primeira parte da exposição?

Mas, antes de entrar nessa parte principal do debate, quero ainda fazer um rápido comentário sobre a primeira parte da exposição. Embora esteja de acordo com boa parte dela, eu questionaria algumas coisas.

Em primeiro lugar, acho que é um erro identificar qualquer planejamento centralizado com o planejamento total de todas as decisões da economia, e, em consequência, com um planejamento totalitário. Ao contrário, creio que é perfeitamente possível imaginar um planejamento centralizado não apenas do ponto de vista de um país, mas do mundo inteiro inclusive, no qual apenas *algumas* decisões seriam centralizadas. A grande maioria das decisões seriam amplamente descentralizadas.

Algumas questões seriam decididas em âmbito mundial, por exigências de racionalidade e pelo interesse coletivo da humanidade. Por exemplo, questões que envolvem o esgotamento de recursos naturais não renováveis. Ou a destinação de recursos para a pesquisa científica: não faz nenhum sentido achar que a melhor maneira de fazer pesquisa científica é por meio da concorrência entre vários países. O progresso da ciência exige mais colaboração internacional, e não a defesa do segredo comercial ou dos direitos de propriedade intelectual, como querem os “pensadores” da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O que estou dizendo é que, se é mais racional pensar em várias questões de um ponto de vista mundial, daí não se segue que deveríamos planejar todos os detalhes da vida econômica em âmbito mundial. Isso seria um completo absurdo. E o mesmo se dá em âmbito nacional. É possível trabalhar a idéia de que *um bom planejamento centralizado teria de centralizar o mínimo necessário*; o máximo de questões deveriam ser descentralizadas. Quando chegarmos a um governo empenhado em caminhar para o socialismo, haverá muita margem para a experimentação inclusive nesta questão, sempre no espírito de descentralizar sempre que possível.

O segundo questionamento que quero fazer é importante, creio, porque se relaciona com a parte principal da nossa discussão, de como podemos lutar hoje pelo socialismo. Paul Singer insistiu muito na afirmação de que o mercado deve ser uma instituição permanente no socialismo, e de uma forma muito corajosa: não defendeu apenas a manutenção do mercado em geral, mas também especificamente do mercado financeiro como instituição permanente. Não posso concordar com isso. De fato, fico com a impressão de que quando ele fala do mercado na verdade está pensando em uma outra coisa, em algo que não é propriamente o mercado.

Por que defender o mercado? Os problemas do mercado não estão só na sua anarquia — a anarquia da produção capitalista é uma das críticas clássicas de Marx. Nem apenas em que o mercado favorece os mais ricos, a concentração de renda, as desigualdades, os desníveis econômicos. O problema central do mercado é que, por sua própria natureza, ele tem um tipo de racionalidade que não é racionalidade social ou humana. *O que é racional para o mercado pode muito bem não ser racional para a sociedade*. O mercado usa sempre uma forma indireta de expressar as necessidades sociais e de decidir sobre elas. Só pode avaliar e decidir alguma questão depois de transformá-la em uma questão pessoal, isto é, em que o interesse das pessoas não pode ser considerado de forma direta.

Para dar um exemplo claro: para o mercado, não importa que você seja boa pessoa, que tenha dez filhos, que passe fome. O que interessa é se você dará lucro se for contratado. Há claramente alguma racionalidade nisso, mas é uma péssima racionalidade, desumana e cruel.

Essa limitação do mercado aparece de muitas maneiras. Aparece, por exemplo, na própria economia neoclássica (a versão dominante da teoria econômica, cuja grande preocupação é mostrar que os mercados são racionais e eficientes), com toda a dificuldade que têm os economistas que adotam essa linha para tratar os “bens públicos” ou as chamadas “externalidades”. Em decorrência dessa dificuldade, os economistas neoclássicos fazem algumas propostas engraçadas: por exemplo, para tratar o problema da poluição no espírito neoclássico, deve-se atribuir um preço ao direito de poluir. Assim, uma empresa poluidora poderia emporcalhar um rio pagando determinada quantia; para emporcalhar o mar o preço seria muito maior etc. A idéia é trazer o que por sua natureza não pode ser objeto de transações mercantis para dentro do mercado, eliminar as “externalidades” “internalizando-as”. Idealmente, do ponto de vista neoclássico, algo semelhante deveria ser feito com os bens públicos — com o que, é claro, deixariam de ser públicos. *Tudo teria seu preço, nada seria de graça, tudo seria comprável (e, portanto, vendável)*: eis o ideal neoclássico, que expressa justamente a “racionalidade” do mercado.

Esta discussão se combina com outros temas clássicos da crítica ao mercado, que são o da alienação e o do fetichismo das formas mercantis.

Assim, o *mercado* vai muito além da idéia de que é preciso descentralizar as decisões. Como já disse, concordo plenamente com a preocupação em deixar a maior parte possível das decisões descentralizadas. Mas não diria que a melhor forma de fazer isso, principalmente quando pensamos a longo prazo, é mediante algum tipo de mercado.

O professor Singer conhece melhor do que eu os problemas que apontei na forma de tomar decisões do mercado. Mas acredita que é possível resolvê-los,

de alguma maneira, no funcionamento de mercados integrados em uma economia socialista. Minha divergência é que não creio que seja possível mudar tanto a natureza dos mercados.

Mas, como o desaparecimento do mercado não é para já, o mais importante aqui é discutir as idéias que Paul Singer abordou de forma breve na última parte da exposição, que estão bem colocadas em vários livros, artigos e entrevistas suas nos últimos anos. Giram em torno da concepção de que temos de desenvolver formas de construir o socialismo de baixo para cima.

Acho que são idéias boas, principalmente porque, qualquer que seja nossa concepção de socialismo, as condições de luta para atingi-lo serão tanto melhores quanto mais criarmos formas sociais que signifiquem progresso na organização dos trabalhadores. E não creio que possa haver dúvidas de que começar a construir o socialismo de baixo para cima, no sentido proposto por Paul Singer, vai nessa direção.

Os “implantes socialistas” – Uma das idéias defendidas pelo professor Singer é de que, ao longo dos últimos 200 anos, têm sido desenvolvidos uma série de “implantes socialistas” no interior das formações sociais capitalistas. Assim, seriam “implantes socialistas” algumas formas de organização econômica, como as cooperativas e outras formas da chamada economia solidária; e também formas de organização política. Esses “implantes socialistas” teriam um caráter que os leva a se chocar com o capitalismo; seria isso que justificaria dar-lhes este nome. Creio que podemos avaliar que essa concepção é correta, e que de fato podemos assumir que o reforço e o desenvolvimento dessas formas de organização econômica e política devem ser um aspecto central de uma estratégia de luta pelo socialismo hoje.

Que várias instituições criadas nos últimos 200 anos têm um caráter contraditório com o capitalismo fica claro em vários exemplos apresentados no livro *Uma utopia militante*. Um desses exemplos são as formas de seguridade social,

que chegaram ao seu ponto mais alto nos anos do pós-Segunda Guerra Mundial: um dos centros da política dos governos capitalistas hoje é reduzir sua amplitude. Infelizmente, esses anos de predomínio neoliberal têm criado condições para que essa política de regressão social tenha conseguido resultados significativos.

Neste comentário, vou discutir sobretudo os “implantes socialistas” econômicos. Antes de mais nada, acho que a expressão “implante socialista” é boa, e que é útil dar este nome a formas de organização e a instituições que se orientam para a satisfação de necessidades sociais e se contrapõem à lógica do mercado capitalista. Por outro lado, ao mesmo tempo que acho correto falar em “implantes socialistas” e definir seu desenvolvimento como um dos eixos de nossa estratégia, acredito que estes “implantes” têm uma fragilidade básica: seu caráter estará sempre em risco enquanto estiverem no interior do capitalismo. Estão permanentemente sujeitos à descaracterização. É certo que o risco de descaracterização de formas socialistas ou socializantes de organização não existe apenas no interior do capitalismo, como aliás a experiência da União Soviética e do seu antigo bloco mostrou. Mas creio que é correto pensar que a pressão para sua descaracterização será mais forte enquanto estiverem no interior do capitalismo, por várias razões.

O professor Singer citou exemplos de problemas enfrentados por experiências de construção de cooperativas. Talvez o caso recente mais expressivo seja justamente o da experiência do complexo de cooperativas de Mondragón, formado a partir do País Basco. Com a entrada do Estado espanhol na Comunidade Européia, com a evolução para a União Européia e o processo de unificação monetária, as pressões para “aumentar a competitividade” se intensificaram. A partir daí, algumas regras do movimento cooperativo começaram a ser modificadas. Talvez o mais significativo seja que a utilização do trabalho assalariado têm sido aumentada: não há dúvida de que isto vai na contramão das idéias de economia solidária.

O risco de descaracterização de formas de economia solidária existe apenas quando são incipientes. No caso de Mondragón, aliás, é bem claro que não se pode falar em incipiência. O risco vem do próprio fato de tais organizações competirem no âmbito do mercado capitalista. Isso significa que elas são forçadas, em alguma medida, a aceitar critérios de racionalidade e de eficiência capitalistas. Acontece que no terreno dos critérios de eficiência capitalistas, dos critérios vigentes no mercado capitalista, a luta é desigual, e está perdida. Se avaliamos a performance econômica segundo a lógica do mercado, isto é, segundo a lógica do capitalismo, não há dúvida de que teremos de concluir que as formas de gestão do capitalismo são mais eficientes, embora tenham também seus problemas.

O exemplo das cooperativas de Mondragón com o aumento do uso de trabalho assalariado – e isso se faz para que seja possível reduzir o número de trabalhadores quando for o caso, ou seja, para manter as condições de demitir trabalhadores quando o mercado o recomendar – dá uma idéia muito clara de como o funcionamento no interior de uma lógica econômica que é adversa para os trabalhadores tem conseqüências negativas.

O que nos leva à necessidade de deduzir a regra de que, no desenvolvimento da economia solidária, se queremos que ele se dê de fato segundo uma orientação anticapitalista, a luta contra a lógica do mercado tem de ser permanente.

Há uma outra questão que considero muito importante e foi tocada por Paul Singer, embora ele não tenha tido tempo de desenvolvê-la. É o problema da divisão social do trabalho. Naturalmente, é muito difícil avançar muito radicalmente na superação da divisão social do trabalho, principalmente se pensamos em prazos curtos. Nas nossas experiências de organização econômica hoje é sem dúvida necessário manter formas de divisão do trabalho.

Mas o que significa construir formas de economia solidária mantendo a divisão do trabalho? Significa construir organizações em que há contraposição en-

tre administradores e operários, entre trabalhadores mais qualificados e menos qualificados. Isso naturalmente conduz à necessidade de manter diferenças de remuneração, ainda que menores do que as que são normais no capitalismo. Desenvolvem-se diferenças objetivas de interesses. No caso de Mondragón, por exemplo, é perfeitamente razoável dizer que no seu interior há algum tipo de luta de classes. Há muitos trabalhadores cooperados que não se sentem identificados com o complexo de cooperativas – que, no entanto, é administrado em bases autogestionárias. Para muitos trabalhadores cooperados, a única grande diferença que sentem, a única grande vantagem evidente, em relação aos trabalhadores de empresas capitalistas semelhantes, é a maior garantia no emprego. Não é uma pequena questão, mormente nos dias de hoje, mas é pouco para caracterizar avanço em direção ao socialismo.

Outra experiência cooperativa que passa por problemas desse tipo são os *kibutzim* de Israel. Recentemente, têm adotado diferenças de remuneração (no início funcionavam em bases estritamente igualitárias), vêm abrindo maior espaço para o consumo privado (enquanto na origem funcionavam de modo estritamente coletivo) etc.

A partir desses problemas, temos de pensar o que é possível fazer. E quando digo temos de pensar é porque creio que para muitos problemas é difícil encontrar uma solução. Será possível fazer alguma coisa que permita tirar o máximo proveito da existência dos “implantes socialistas” que crescem hoje, inclusive no Brasil? Alguma coisa que potencialize sua contribuição à luta socialista, e reduza o risco de descaracterização?

A hipótese que levanto é que a coisa mais efetiva que pode acontecer, para dar mais força a experiências desse tipo, para que tenham mais chances de sobreviver como formas de organização com caráter socialista, com caráter solidário, para que contribuam para a superação do capitalismo, é a *existência de um movimento político-cultural socialista amplo, que lhes sirva de referência*, e no qual se integrem.

Tentando tornar um pouco mais clara a idéia: estou pensando em um tipo de movimento que não poderia ser apenas político. Não poderia ser simplesmente uma frente de esquerda, do PT com outros partidos. Teria de ser um movimento com um caráter muito mais ideológico e cultural, que travasse uma disputa nestes termos na sociedade.

Essa disputa teria de ser feita, por exemplo, em torno dos critérios de eficiência econômica. Quais são os critérios de eficiência compatíveis com uma racionalidade mais ampla, voltada para os objetivos da sociedade como um todo? Para que se possa questionar, na prática, o uso de critérios de eficiência de mercado, é preciso construir um movimento que seja uma referência tão forte que torne o fato de ser bem-sucedido do ponto de vista desse movimento mais compensador, para muita gente, do que, por exemplo, ter uma renda mais alta.

Pode ser que eu esteja sonhando alto. Mas acho difícil conseguirmos avançar em direção ao socialismo se não construirmos um movimento que recupere alguns conteúdos ideológicos clássicos do movimento socialista. O reconhecimento de ser um socialista, que luta para o bem de todos, para a construção de uma sociedade solidária, tem de se tornar *mais importante e mais desejado do que ter uma renda um pouco maior*. Enfatizando um pouco mais: acho que não basta que nós, os membros desse movimento por construir, sejamos gente que se incomoda com a pobreza dos outros, com a existência de miséria na sociedade. Acho que é essencial também que sejamos gente que teria vergonha se tivesse uma renda muito acima da média da sociedade, ou se tivesse um padrão de vida muito maior do que o considerado socialmente aceitável. Isso não significaria eliminarmos as diferenças sociais: isto só será possível, naturalmente, após um longo processo de construção socialista. Mas começaríamos a reduzir as diferenças sociais de modo significativo, e nos sentiríamos felizes precisamente por estarmos sendo conseqüentes com isso.

Sem a construção de um movimento político-cultural desse tipo, não vejo como os “implantes socialistas” existentes escapariam da tendência a se descaracterizar e a ser engolidos pelo mercado, isto é, pelo capitalismo, sob o peso da pressão dos critérios capitalistas de eficiência e das conseqüências da inevitável divisão social do trabalho.

Fico imaginando que pelo menos parte do êxito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem a ver com o fato de ele estar criando um movimento com essas características. O MST tem sido eficiente em conseguir tomar terras, e a partir daí começar a produzir. Mas vai além. Ele tenta organizar suas unidades produtivas na forma de cooperativas. E o que talvez seja mais interessante e importante: o vínculo dos trabalhadores com o movimento não se extingue quando conseguem sua terra. Após terem o seu quinhão, continuam membros do movimento e, portanto, referenciados nele, em seus objetivos. Acho que esta concepção vem permitindo que o MST crie uma coisa que não é só um movimento social de luta pela terra, ou só um movimento político. O MST é também cultural e ideológico, e ainda econômico.

Creio que podemos falar de três tipos de lutas que podem ser desenvolvidas hoje, ou seja, ainda dentro do capitalismo, e que podem reforçar “implantes socialistas” e colocar a luta pelo socialismo em um patamar superior. O primeiro é o que discuti um pouco, a luta pelo desenvolvimento de formas de economia solidária. Vou apenas mencionar os outros dois rapidamente, já que o meu tempo está se esgotando.

O segundo tipo foi mencionado também por Paul Singer na sua exposição, sem desenvolvê-lo muito. É a luta por mudanças na relação capital-trabalho nas próprias empresas capitalistas, no sentido de ampliar os direitos dos trabalhadores e de questionar o exagero de “direitos” que a propriedade capitalista confere aos capitalistas. Hoje em dia, aliás, os capitalistas estão lutando para aumentar ainda mais esses “direitos” abusivos; é o que ocorre, por exemplo, quando tentam reduzir a legislação trabalhista, facilitar as demissões, em suma, cortar

todos os entraves para o capital poder fazer o que bem entende. Temos de defender medidas que vão exatamente na direção oposta.

O terceiro tipo são lutas para mudar o caráter do Estado, para democratizá-lo e criar cada vez mais formas de participação popular e de controle social sobre seu funcionamento. O Orçamento Participativo é até agora o melhor exemplo de um “implante socialista” desse tipo.

Para concluir este comentário: acho que a grande vantagem de adotarmos uma visão de luta pelo socialismo que incorpora a idéia da existência de “implantes socialistas” dentro do capitalismo, e a proposta de construir de baixo para cima um movimento pelo socialismo, é que isso torna possível, se chegamos a governos municipais, estaduais, ou ao governo nacional, *defendermos e implementarmos desde o início medidas pensadas como já tendo um caráter socialista*. E, dessa maneira, dar coerência ao que parte das administrações do PT, e talvez até de outros partidos, já começou a fazer; é o caso, por exemplo, do Orçamento Participativo. Ou seja, já vêm sendo postas em prática medidas que vão contra a lógica do capitalismo; é útil compreendê-las, dizê-las e ampliá-las.

Se entendemos as coisas dessa maneira, podemos concluir que é possível defender desde já um programa que tem elementos e uma orientação geral socialistas. E podemos, portanto, evitar o grande problema, o grande risco que, creio, existe hoje no pensamento da esquerda, tanto no mundo como no Brasil: cair na armadilha de dizer que a correlação de forças atual não permite defender um programa socialista, e a partir daí tentar pensar o que é possível fazer nesta correlação de forças. A conclusão é então: o que dá para fazer, quando chegamos ao governo, é tentar melhorar o que existe, isto é, o capitalismo. Depois, no futuro, algum dia, quem sabe, voltaremos a pensar o que é possível fazer pelo socialismo.

Cair nessa armadilha é caminhar para descaracterizar uma identidade socialista. Entrar na discussão na forma proposta por Paul Singer permite, acho,

defender com mais força, e com mais coerência, as medidas de caráter socialista que já estão sendo levadas à prática, inclusive fora de governos, como faz o MST. E não só o MST: também sindicatos têm começado a se interessar pelo movimento de cooperativas, e acho isso muito positivo.

Por último, um comentário muito rápido sobre uma das colocações do professor Singer. Acho bastante curiosa a defesa de um parlamento econômico para tentar compatibilizar ao máximo os planos das empresas e os interesses dos trabalhadores, para diminuir a anarquia e o desperdício próprios do mercado capitalista, combinada com a avaliação de que, de qualquer maneira, a decisão final dos investimentos deve ficar com o mercado financeiro, porque é preciso preservar a possibilidade de que a iniciativa de algum jovem com alguma idéia maluca, mas que pode dar certo, seja apoiada por alguém e possa ser levada à prática.

Acho que a preocupação de preservar as chances dos jovens com idéias malucas de poderem tentar pô-las em prática é correta, mas não acho que a melhor maneira de garantir isso possa ser manter o mercado financeiro. Dessa forma daríamos um crédito ao mercado financeiro que ele não merece. Acho mais razoável, por exemplo, pensar que podemos, uma vez que chegemos a algum tipo de organização geral da economia de caráter socialista, a algum tipo de planejamento centralizado, garantir que haja um fundo para inovações; ou mais precisamente um fundo para projetos loucos, digamos assim para enfatizar. Que tenha uma forma de gestão que não seja tradicional, conservadora. Pode ser dirigido por gente bem jovem, para não sofrer muitas influências dos hábitos do passado, e tomar decisões em função de critérios nada tradicionais.

É claro que não estou aqui formalizando uma proposta para incluirmos no programa. Só quero dizer que é possível imaginar formas melhores do que o mercado financeiro para atender à preocupação colocada por Paul Singer.

A partir desta questão, e de várias outras, eu resumiria minha divergência com o professor Singer: acho que ele termina atribuindo ao mercado um papel

que certamente ele não pode cumprir. As preocupações apresentadas por Paul Singer me parecem sempre importantes, orientadas por necessidades reais, como, por exemplo, garantir mais liberdade individual. Mas acho que todas podem ser mais bem resolvidas de outras maneiras do que por meio do mercado. A superação do mercado não é para amanhã, é claro, mas vale a pena desde já pensar em formas de garantir o máximo de descentralização, de liberdade individual, sem adotar as formas do mercado.

Termino com essa observação. Muito obrigado.

Intervenções do público

Aldo Fornazieri

Eu não sou socialista e defendo que o PT não se defina como socialista, embora ache que os socialistas devam fazer parte do PT. O ponto de chegada do Paul Singer deveria ser exatamente o ponto de partida, já que defendeu que a sociedade deve ter mercado e deve ter liberdade – o que considero que não é uma sociedade socialista. Essa é a questão fundamental. Se pensamos em uma sociedade com liberdade e, portanto, com democracia, não é possível que ela seja socialista.

Sem a garantia do direito de propriedade não há garantia de direitos aos proprietários. Para que alguém seja livre, a primeira condição é que ele seja proprietário de si mesmo. Esse é o princípio originário da propriedade. Socialismo nenhum garante isso.

Em segundo lugar, para que o princípio da liberdade se efetive de fato, deve haver uma economia de mercado. Sem a economia de mercado, as pessoas são controladas por alguma entidade, por algum ente organizacional. E toda organização pressupõe duas coisas: uma oligarquia de chefes – uma elite – e uma burocracia funcional.

É por isso que os experimentos socialistas tendem ao fim. Exatamente porque a lógica de qualquer organização é a oligarquia dos chefes e a burocracia funcional. Que tendem sempre a uma centralização. Por isso, o socialismo democrático é uma contradição em termos. Ele é impossível de ser realizado. E, se ele é impossível de ser realizado e se eu defendo a liberdade e a democracia, eu sou um não-socialista. Isso não significa que eu adira ao capitalismo.



Acho que o problema fundamental da concepção do João Machado é não compreender isso. É não compreender que sem mercado e sem propriedade é impossível a liberdade.

Não podemos pensar uma forma única de economia. Evidentemente, vamos lutar contra o capitalismo, vamos lutar por aquilo que o Singer propõe. É um movimento, não é uma sociedade real, uma sociedade alcançada. É um movimento e, como movimento, o que isso implica? Uma luta pela equidade, pela democratização e pela republicanização. São esses três termos que estão em jogo e não uma luta pelo igualitarismo.

Qual é a forma que essa economia vai adquirir? Vai ser uma forma necessariamente plural. Vão existir várias formas de organização econômica: socialista, não-socialista, capitalista, cooperativada e assim por diante. A forma da economia pela qual nós lutamos não é uma forma definida, é uma forma plural de economia.

Eduardo Suplicy

No diálogo entre João Machado e Paul Singer, surge a questão do mercado. Fiquei pensando numa observação feita por Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, que dedicou a sua vida a questões tão caras aos que querem construir o socialismo.

Quase toda a sua obra se dedica a estudar como superar a pobreza e como conseguir maior igualdade.

No seu livro *Desenvolvimento como liberdade*, ele faz uma observação sobre o mercado, que eu achei muito interessante e simples: uma pessoa dizer que é contra o mercado seria como alguém dizer que é contra algo que nós no PT fazemos até demasiadamente, que é conversar. Por acaso no PT alguém é contra a conversa? O que mais fazemos aqui é conversar, trocar idéias.

Em todos os sistemas econômicos havidos na história da humanidade, inclusive em todos os sistemas do socialismo real, nunca deixou de haver o encontro de pessoas que levam bens ao mercado. Seja em Cuba, hoje, seja na Coreia do Norte, seja na União Soviética, sempre houve o encontro das pessoas que levavam mercadorias ou serviços para mostrar a outras pessoas, que por sua vez estavam ali para comprar. E desse diálogo saía alguma negociação.

Mas é claro que uma coisa é o mercado que leva a uma situação de extraordinária desigualdade, concentração, alienação, não consideração dos problemas ecológicos e assim por diante, e outra coisa é instituir mecanismos tais como a participação dos trabalhadores, a democratização das relações de produção entre trabalha-

dores e empresários ou, idealmente, até fazer com que as empresas tomem as formas de cooperativas de produção, o que Paul Singer vem defendendo de maneira tão entusiástica.

Mas se quisermos viver num lugar onde haja democracia no nível dos meios de produção, e se quisermos fazer com que no mercado exista liberdade para o ser humano escolher se desenvolver, ter opções e, ao mesmo tempo, ninguém estar numa situação tal que não tenha a liberdade de sobrevivência, então para isso será preciso instituir a garantia de todos terem essa liberdade de jamais ser alienados. E a liberdade de poderem escolher entre trabalhar e não trabalhar. Daí a importância de assegurar a todas as pessoas a garantia de uma renda. Isso foi expresso por Singer num programa nacional do Partido, já em 1986, e é um outro elemento importante na construção do socialismo e de uma sociedade justa.

Max Altman

Já que todos estão se definindo, eu me defino como socialista. Pretendo lutar ao lado de um partido socialista e para que o PT seja um partido socialista de modelo inovador, diferente do que se assistiu até agora, que possa dar contribuição importante ao avanço da humanidade.

Feita essa definição, eu diria o seguinte: a Revolução de Outubro na Rússia se deu com base nos ensinamentos de Marx. Assumiu uma forma radical e conseguiu levar um país atrasado – ou pelo menos muito mais atrasado que os demais países capitalistas europeus – a uma posição de destaque. Sucessivos planos econômicos levaram a que a União Soviética se tornasse, logo após a Segunda Guerra Mundial, uma grande potência, bipolarizando o espaço mundial econômica, política e militarmente.

É evidente que na evolução do socialismo real ocorreram os problemas graves que Paul Singer mencionou. Lembrando que houve uma instauração do sistema socialista num único país, e essa foi a primeira grande discussão que houve entre os bolcheviques.

A história deste século, todos conhecem: a União Soviética, mesmo em meio a guerras sucessivas, surgiu como a única real competidora a se contrapor à principal potência capitalista internacional. E até superando-a em alguns aspectos. Por exemplo, na indústria do espaço cósmico e em alguns setores da indústria bélica. Mas se atrasou na indústria de consumo, e isso virou um fato.

O braço de ferro entre a principal potência capitalista, os Estados Unidos, e a União Soviética, potência socialista, estabelecia

uma bipolaridade, um equilíbrio geopolítico que permitia aos demais países, capitalistas ou não, subdesenvolvidos ou não, levar adiante políticas próprias, fazer suas revoluções, porque tinham um respaldo internacional. Eu daria como exemplo o Vietnã, mesmo a China, e, um pouco diferente, Cuba.

Esse braço de ferro se rompeu quando o governo Reagan resolveu implantar a política de “guerra nas estrelas”, com um investimento de 1,5 trilhão de dólares, para obrigar o seu oponente, a União Soviética, a realizar investimento correspondente nessa área, para não perder a posição de equilíbrio industrial-militar da ocasião.

É verdade: a União Soviética não conseguiu acompanhar. Houve uma deterioração, inclusive da indústria de bens de consumo. Houve desvios gritantes, até catástrofe econômica. Por exemplo, os planos econômicos levados às empresas eram mistificados, eram fraudados.

Esse quadro fez com que Gorbachev assumisse o poder e fosse implantada a política da perestroika no plano econômico. Lembre-se que Gorbachev era do grupo mais à esquerda da Comissão Executiva do PC Soviético.

Nós temos que lamentar, mesmo que critiquemos a fundo a política desenvolvida há dezenas de anos pela União Soviética e

critiquemos o centralismo exacerbado no plano econômico, que o rompimento do equilíbrio geopolítico tenha trazido um prejuízo imenso à humanidade.

O socialismo havia levado as conquistas dos trabalhadores a posições nunca antes alcançadas. O rompimento desse equilíbrio leva a que o capitalismo seja não só hegemônico, mas que esteja ditando todas as regras. O que torna difícil, muito mais difícil, hoje, qualquer país pretender alterações de cunho socialista.

Então, digo que socialismo e as transformações econômicas socialistas num país requerem, exigem, poder. E não adianta conquistar só o governo. Para as alterações socialistas é necessário um equilíbrio de forças que permita avançar neste terreno. Não basta eleger presidente, governadores, para estas transformações socialistas. Governo não basta. É preciso poder. E o poder se conquista. É ter poder para modificar as instituições e levar adiante uma política socialista inovadora. É preciso esclarecer bem isso.

Este simpósio está querendo produzir algo de inovador, propor algo de inovador para esse socialismo que se pretende. A pergunta para o debate é a seguinte: é necessário garantir um mínimo de centralização econômica e planificação econômica? As empresas gigantescas e até mono-

pólios hoje estatais – eu cito o exemplo da Petrobras – devem ser mantidos como propriedade coletiva? Empresas estratégicas, concentradas nas mãos do Estado, geridas pelo interesse público, sem burocratismo?

Como garantia de permanente inovação tecnológica, dois fatores são absolutamente necessários: a presença do mercado – que não se pode excluir, visto que na União Soviética os aparelhos domésticos não funcionavam – e a competitividade das empresas estatais, geridas pelo Estado e de propriedade coletiva da sociedade. Podem ser competitivas? Podem ser competitivas! E a Vale do Rio Doce é um exemplo, a Petrobras é um outro exemplo, de empresas altamente competitivas, não só no plano interno como internacionalmente. Essas são duas questões importantíssimas para examinarmos e construirmos um caminho socialista para a economia. É preciso ter uma análise sobre o mercado numa sociedade socialista e analisar também o problema da competitividade, para eliminar a burocracia, eliminar a preguiça e para estimular a inovação e criar uma verdadeira sociedade socialista. Politicamente socialista e economicamente socialista.

Arlindo Chinaglia

O capitalismo é capaz de hegemonizar várias formas de produção, inclusive aquelas que Paul Singer caracterizou como não-capitalistas, exatamente porque elas não ferem, não atingem e não disputam o grande poder que está concentrado no sistema financeiro hoje, nas chamadas empresas do conhecimento, de alta tecnologia, e nas grandes empresas de maneira geral.

Sempre tive como absolutamente natural que essas pequenas produções, de fato, nunca incomodaram, e portanto podem vicejar. Entretanto, em outras épocas se debatia o que seriam os setores estratégicos. Por exemplo, sempre se defendeu a estatização do comércio exterior, a estatização do sistema financeiro e, evidentemente, o planejamento dos grandes rumos econômicos.

Sinceramente, não consigo vislumbrar qualquer possibilidade de crescimento num grau que de fato faça jus a uma estratégia socialista, daquilo que você definiu como “implante socialista” e com o que o João Machado concordou. É muito generoso de nossa parte caracterizar como “implante socialista” experiências como o Orçamento Participativo, mas é um risco gravíssimo, pois tende à mistificação.

Por que discutir 1% ou 2% de todos os recursos do município ou do estado, quan-

do a maior parte está comprometida com o pagamento de juros de dívidas? Eu temo exatamente o contrário. Que isso acabe virando senso comum e que o pratiquemos com tal desenvoltura que cheguemos a acreditar que é algo naturalmente revolucionário.

No sentido da democratização do poder do Estado, o controle popular e o Orçamento Participativo são armas eficazes. Mas, como peso na economia, me preocupa.

Nunca gostei do termo “socialismo real”, porque prefiro dizer que não era socialismo. É uma atitude mais coerente com princípios e valores sempre defendidos pelos socialistas. Nesse sentido, como analisar o processo chinês, que hoje ameaça o Japão e é uma economia planificada, centralizada? Não consigo entender que a centralização seja algo necessariamente ruim. Exemplo são as megafusões, os grandes conglomerados. Eles são centralizados, têm poder, planejam. Então, não consigo vislumbrar a estratégia que vai nos levar naturalmente ao socialismo. E não estou defendendo nada daquilo que é burocracia e ineficiência. Aliás, eu rechaço a idéia de que o mercado seja livre. Ao contrário, o mercado é a lei do mais forte, com todos os crimes que levaram à concentração e ao poder dos atuais mais fortes.

Fernando Haddad

Como todos estão dizendo por que estão no PT, eu gostaria de dizer que me sinto muito confortável no PT, justamente porque ele aparentemente contempla mais de uma visão. E o que me seduz no partido é que ele tenha uma ala socialista importante, comprometida com os ideais socialistas; uma ala republicana importante, comprometida com os ideais republicanos; e um centro hegemônico social-desenvolvimentista, o que é absolutamente fundamental no caso de um país periférico como o Brasil. Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, longe de existir uma incompatibilidade entre republicanismo e socialismo, na minha visão eles são compatíveis e não vejo a realização de um sem a realização do outro.

Essa idéia do que eu poderia chamar de socialismo republicano permeia de alguma forma a obra recente de Paul Singer. A tentativa de mostrar aquilo que ele chama de socialismo vindo da base é justamente a idéia de se construir republicaneamente uma nova forma de organização econômica e social. Não vejo incompatibilidade. Quando o companheiro que primeiro interveio disse que sem propriedade não há liberdade, acho que estamos todos de acordo. Por isso é que somos socialistas. Porque ninguém é proprietá-

rio de nada. A não ser 10% da população, ou menos.

A única forma de todos terem propriedade é lutar pelo socialismo. Isso é clássico no socialismo, desde a sua emergência logo após a Revolução Francesa. Paul Singer está absolutamente sintonizado com os ideais de construção republicana de uma nova forma de organização social, que visa a generalizar a propriedade por meio da sua socialização, sem que com isso se comprometa nenhuma das conquistas do liberalismo. Conquistas que, aliás, Marx era o primeiro a apreciar, como a liberdade individual, que só se consumaria com a extinção das classes sociais, com o fim da sociedade dividida em classes.

A observação que eu faria após este comentário é que eventualmente a gente possa estar fazendo uma pequena confusão entre republicanismo e mercado. Muitas vezes, na ânsia de tentar construir uma sociedade libertária, podemos estar fazendo uma confusão entre uma construção republicana dessa nova forma de organização social e a idéia de que o mercado deve permear todas as relações sociais. Gostaria de lembrar que existem dezenas de formas de planejamento sob o capitalismo. O sistema de crédito é um sistema absolutamente centralizado no Conselho Monetário Nacional, aqui no Brasil.

O sistema tributário é centralizado e completamente opaco, principalmente no nível federal. Na órbita das administrações municipais, estamos conseguindo torná-lo mais transparente, mas no nível federal ninguém tem noção do que paga, para onde vai o dinheiro, nada disso é visível. Então, é uma falsa polêmica essa questão do plano estatal e do mercado. Caberia tanto ao Estado como ao mercado um planejamento social, porque é este que está faltando e tem que ser necessariamente democrático.

Hoje nós não temos controle sobre o destino do crédito, que está acumulado no sistema financeiro, seja no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), seja nos fundos de pensão, seja nos bancos estaduais ainda públicos. Não temos absolutamente controle sobre o destino desse dinheiro. Este é o problema.

Temos de pensar formas de planejamento social. Uma questão que não foi abordada mas que é imprescindível na direção da construção de uma sociedade socialista é a da propriedade dos meios de comunicação e das formas de gestão desta propriedade. É impossível se pensar em socialismo hoje sem democratizar os meios de comunicação.

Outra questão fundamental, que ganhou importância no pós-guerra, é a questão da propriedade intelectual. Hoje, boa parte dos

lucros não advêm da propriedade dos meios de produção, mas da propriedade privada das patentes, da propriedade privada da gestão do desenvolvimento científico e tecnológico. Há empresas que têm lucros extraordinários sem possuir uma única máquina, só possuindo uma marca, um logotipo qualquer e subcontratando, se valendo de um processo de terceirização internacional e subcontratando no mundo inteiro. Fazem isso detendo o controle de uma marca e expropriando os trabalhadores por meio deste expediente.

Em resumo, o que importa é a questão do crédito, a questão da propriedade intelectual, a questão dos meios de comunicação, a questão de formas de planejamento não-burocráticas. O maior problema das cooperativas é a escala, o fato de ela ser uma graminha no meio de uma selva. Nós temos de romper com preconceitos, romper com dogmas do passado, inclusive com teorias que às vezes são muito sedutoras mas que são velhas teorias, inclusive com teorias anti-socialistas, que também estão velhas. Não nos vale nada resgatar essas teorias. Temos de ir para a frente, à luz do que aconteceu, e tentar botar a imaginação socialista para funcionar.

Luiz Inácio Lula da Silva

Uma coisa boa no nosso partido é exatamente podermos discutir este tema com a tranqüilidade com que o estamos discutindo. Às vezes, no PT, todos nos dotamos de sabedoria infinita e passamos a não ter ouvidos para escutar coisas com as quais não concordamos. Se não concordamos, ou o cidadão é esquerdista ou o cidadão é direitista, não tem meio termo para discutir. E a tranqüilidade com que estes debates estão sendo feitos, mesmo dentro do espaço do PT, mostra um amadurecimento do partido.

É muito importante que estejamos discutindo a economia socialista, pois é uma questão polêmica. Eu acho que o socialismo real – estamos falando aqui do real e não da utopia – não resolveu um problema crucial na sua relação com a sociedade, com a produção, que é o modo de tratar os desiguais.

O ser humano é eminentemente competitivo. Na medida em que se bloqueia a capacidade competitiva do ser humano e se coloca todos para ganhar a mesma coisa dentro de uma fábrica, cortam-se as possibilidades de sucesso daquela fábrica. As pessoas são niveladas por baixo e não niveladas por cima. O socialismo não conseguiu resolver este problema.

Sou amante da Revolução Cubana. Acho que no PT quase todo mundo é. Agora, eles não resolveram o problema crucial da democracia e de algumas liberdades sem as quais não há socialismo. Sou o maior entregador de medalha para operário cubano. Toda vez que vou lá eu sou convidado para um ato da Central dos Trabalhadores Cubanos. Tem trabalhador com umas 30 medalhas no peito. Aquilo é prêmio de produção. Se fosse alguma melhoria na qualidade de vida dele, ele ficaria mais agradecido.

Acho que o Paul Singer exagerou na questão da valorização do mercado, porque o mercado só funciona se houver um Estado muito forte regulando esse mercado e o obrigando a cumprir algumas cláusulas sociais. Só o mercado não resolve. Compatibilizar o mercado com um Estado regulador, capaz de garantir que o mercado atenda a todas as necessidades das pessoas, seria o ideal. Como fazer isso é o desafio que está colocado para o PT.

Somos um partido político. Um partido político tem que se apresentar para a sociedade não apenas com capacidade de debate teórico, mas como um partido político que na sua prática cotidiana transmite exemplos de coisas novas que podem ser colocadas em prática.

A partir de tudo que foi dito, quero fazer uma pergunta: o PT, como partido polí-

tico, não poderia colocar em prática algumas coisas que estão ao seu alcance? Nas suas prefeituras? Por exemplo, Orçamento Participativo não é pouca coisa. É a primeira oportunidade que o povo brasileiro tem de discutir como é gasto o dinheiro público, mesmo que seja apenas uma parte do dinheiro que a cidade arrecada. Mas discutir como aplicar e definir prioridades é muita coisa para o nosso país, que tem uma elite que não foi capaz de permitir um ato público com 3 mil índios em Porto Seguro. Os índios inquietaram tanto, que eles colocaram três policiais para cada índio.

Esse é um exemplo. Como partido político, muitas vezes deixamos de fazer o que deveríamos fazer para discutir o que não deveríamos discutir. O velho Partido Comunista Italiano, no começo, fazia o seguinte: tinha uma vila, um bairro qualquer onde se precisava fazer uma ponte; o PCI muitas vezes fazia a ponte com o dinheiro arrecadado pelos trabalhadores e depois que estava pronta a ponte ia brigar para que o poder público pagasse aquilo lá.

No PT falta um pouco disso. Não é só fazer a ponte. Mas muitas vezes nós adotamos uma cultura que está estabelecida e disseminada na cabeça da sociedade, que é esperar que o Estado faça tudo. Se o Estado não faz, ninguém faz. E se ninguém faz, ninguém tem nada. Quais são os pas-

tos que o PT pode dar, como partido político, para mudar isso?

O que podemos colocar em prática nas nossas prefeituras, na nossa ação cotidiana, para que se vá criando uma cultura de que alguma coisa diferente pode ser feita?

Vou dar alguns exemplos que podem parecer banais, mas acho que os exemplos falam mais forte que os discursos. Quantos médicos tem o PT? Quantos dentistas tem o PT? Quantos advogados tem o PT? Quantos engenheiros tem o PT? Imagine se toda essa gente se dotasse de espírito de solidariedade e resolvesse fazer coisas que o Estado não consegue fazer ou não quer fazer, como medicina preventiva, odontologia preventiva, defender a população na Justiça.

Será que o PT, com essa vontade que tem de induzir a sociedade a ter uma compreensão socialista, não deveria, ele, o partido, colocar em prática ações que podem conduzir a sociedade a sentir que há outro jeito de se fazer as coisas? Ou será que vamos ficar esperando que mude o Estado, que o Estado seja o dos nossos sonhos, que ele faça tudo?

A União Soviética durou 70 anos e quando se perguntava para alguém, ele dizia: “O socialismo é um processo”. Um processo que durou 70 anos. Cuba, você vai lá e pergunta: mas quando vai melhorar?

Eles dizem: “Isso é um processo”. Um processo que está lá há 40 anos! Nós não vamos demorar 40 anos para chegar ao poder. A minha opinião é que chegaremos antes. Mas o que podemos então fazer de prático? Como ação de governo e como ação de partido? Eu penso que o PT pode fazer infinitamente muito mais do que faz.

Isso seria possível se, primeiro, nos preocupássemos menos com a disputa e o debate internos, e se nos preocupássemos em ter uma prática diferente da que os outros têm. Segundo, muitas vezes somos induzidos a pensar que somente o Estado pode fazer as coisas e que a sociedade não pode fazer nada. Eu penso que o PT precisa urgentemente mudar de comportamento, para tentar atender a esta expectativa que a sociedade tem a nosso respeito, que não é apenas eleitoral. Ela é moral, é ética e também é, do ponto de vista social, muito maior do que em relação a qualquer outro partido político.

José Genoíno

O professor Antonio Candido já disse várias vezes que o Brasil necessita de uma corrente política radical. Concordo com isso, e acrescentaria: radical do ponto de vista da democracia e do social. É por aí que temos de começar esse debate. Porque algumas coisas que foram abordadas aqui,

algumas bandeiras identificadas com o socialismo, são bandeiras que precisamos radicalizar, como, por exemplo, o Orçamento Participativo, que é uma experiência de democracia direta.

Qual o problema central, na minha visão? É que dentro de um programa anticapitalista, se não enfrentamos o problema da renda e da propriedade, não estamos viabilizando o pensamento democrático radical, principalmente nas condições concretas do Brasil.

Quais as formas que essa democratização da renda, do capital, da terra, da riqueza, assumirá? É interessante a exposição de Paul Singer: a luta por certos valores é uma luta que se equilibra num processo de construção que não tem um fim, que não tem um modelo perfeito de sociedade.

Quando discutimos a questão do socialismo nesse patamar, como conjunto de valores, como democratização da economia, do mercado, da propriedade, eu acho interessante. Mas nós compreendemos – e isso é necessário até porque estamos aqui diante de um público acadêmico – que o marxismo se realiza na prática, ouve uma experiência prática de socialismo e essa experiência apresentava o socialismo como um meio de transição para uma sociedade

de abundância e de seres perfeitos. Essa questão nós temos que discutir, porque ela é o nó que amarra a questão do planejamento centralizado, feito por um Estado e por um partido. Porque foi essa a experiência realizada e, inclusive, escrita por Marx e Engels, mas também com toda a clareza por Lenin.

Prefiro trabalhar com a idéia de que há uma luta contínua e que essa luta se dá no plano da conquista política e no plano da hegemonia. O problema da hegemonia não é só na política. Assume também a questão das formas variadas de propriedade, e até das formas diferenciadas de meios de produção.

Se nós compreendemos que estes valores sinalizam para uma luta permanente e que essa luta é sempre por mais direitos; e que essa luta por mais direitos leva a um choque com o capitalismo e ela é anticapitalista, esse conceito de hegemonia na economia é fundamental para que estejamos atentos a estas formas diferenciadas de meios de produção e de propriedade privada.

Esta é a contribuição que eu gostaria de apresentar aqui para deixar bem claro que certas bandeiras são realmente democráticas, num país que não realizou até hoje a democracia republicana, apesar de viver numa república.

Comentários finais

Planejamento e mercado

Paul Singer

No seminário anterior, “Socialismo no ano 2000: uma visão panorâmica”, Marilena Chaui lembrou que não há socialismo sem a socialização dos meios de produção. Penso que esta é a questão central. Os clássicos definiam a economia socialista como constituída “pela livre associação dos produtores”, o que implica o fim de toda e qualquer subordinação dos trabalhadores. Se formos levar isso a sério, parece-me evidente que “socializar os meios de produção” não poderá ser submetê-los a uma vontade única, a um plano concebido e implementado a partir de um único centro de poder.

Por isso, o planejamento centralizado, que foi a marca registrada do “socialismo” soviético, nada tem a ver com a socialização dos meios de produção. Se todos eles pertencem ao Estado, em tese cada cidadão é proprietário de meios de produção. Mas isso não passa de uma ficção jurídica. Na prática, o controle sobre a economia era exercido pela cúpula do partido, que também era a cúpula do Estado. E os trabalhadores continuaram tão subordinados quanto no capitalismo.

A experiência do socialismo “realmente existente” constitui uma grande lição histórica, que nos ensina que socializar tem



que necessariamente significar descentralizar o poder, ou seja, o controle dos meios de produção tem que ser exercido diretamente pelos trabalhadores sobre cada unidade produtiva. Além disso, é preciso que os consumidores também participem desse controle, sobretudo se quisermos abrir mão dos mercados.

Na economia de mercado – capitalista ou não – os interesses dos consumidores são sustentados pela concorrência entre os produtores, pela possibilidade de cada consumidor *escolher* de quem deseja comprar. E para que isso funcione é preciso que haja certa superprodução, ou seja, que a oferta de bens e serviços seja *sempre maior do que a demanda*. O que impõe certa margem de desperdício, já que o excesso de produção não é aproveitado. Se a demanda fosse maior que a oferta de produtos, o interesse dos produtores prevaleceria, o que levaria novamente a uma “economia de escassez”.

Um alternativa seria organizar grandes cooperativas de consumo que, a partir das necessidades, desejos, anseios e preferências de seus sócios, criariam cooperativas de produção. O capital destas últimas seria investido, uma metade por seus membros, a outra metade pela cooperativa de consumo. Dessa maneira, a direção das cooperativas de produção seria partilhada por seus

trabalhadores e seus clientes. O que poderia conciliar os interesses contraditórios de vendedores e compradores dos produtos.

É importante lembrar que na economia socialista todos são ao mesmo tempo produtores e consumidores e, portanto, interessados em exercer controle numa condição e noutra. Poderia haver planejamento da produção no âmbito de cada cooperativa de consumo e deveria haver liberdade de as pessoas se associarem e se desassociarem dessas cooperativas, com as restrições inevitáveis para que a movimentação para dentro e para fora não perturbasse o funcionamento dos planos. Deveria ser livre a formação de novas cooperativas de consumo.

A luta pelo socialismo – Outro ponto que quero abordar é o de que a luta pelo socialismo tem que ser travada no presente, dentro do capitalismo, e não ser adiada para um futuro hipotético “depois da tomada do poder”. Esta luta já está sendo travada, embora seu objetivo socialista nem sempre seja consciente. É o caso, por exemplo, da renda mínima ou bolsa-escola, uma instituição que temos conquistado já em dezenas de municípios. Do ponto de vista capitalista, não tem sentido transferir parte da receita fiscal para pessoas que não trabalham ou que não ganham o suficiente

para sustentar os filhos. Para os capitalistas, isso estimula trabalhadores a se furtar a vender sua força de trabalho no mercado. Para socialistas, é assegurar direitos humanos, o de ter um padrão de vida mínimo decente, inclusive o direito à instrução para as crianças.

A luta contra a pobreza e o desemprego mediante a constituição de cooperativas e outras formas associativas de produção, que põem em prática os princípios do cooperativismo – participação por igual na propriedade da empresa, um voto por cabeça, exercício democrático de controle etc. – é uma das mais importantes modalidades de luta pelo socialismo a partir da contradição central do capitalismo: a de marginalizar grande parte dos trabalhadores da produção social.

O governo de Olívio Dutra contratou a Anteag (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participação Acionária) para ajudar trabalhadores de empresas falidas ou em via de falência a se apoderar do patrimônio produtivo e passar a operá-lo de forma autogestionária. Em poucos meses, dezenas de novas cooperativas de produção foram formadas. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), que está dando apoio a sindicatos que se engajam

nesta luta. Um dos principais projetos da ADS é criar uma rede nacional de crédito cooperativo, formada por grande número de cooperativas de crédito, que criarão um grande banco cooperativo, capaz de financiar a capitalização de inúmeras cooperativas de produção.

O MST está criando cooperativas agrícolas de diferentes tipos nos assentamentos de reforma agrária sob sua influência. Essas cooperativas são essenciais para manter unidos os pequenos agricultores e possibilitar sua sobrevivência e progresso em direção a uma produção agroindustrial tecnicamente avançada e competitiva. O MST, ao lado da Anteag e da ADS, luta contra a resistência do Banco Central às cooperativas de crédito. Ao que parece, o Banco Central defende o monopólio dos bancos da prestação de serviços financeiros às pessoas físicas. Neste caso, a luta pela implantação de formas socialistas de organização da produção no Brasil passa pelo plano político.

É importante entender que a reforma agrária tem seu êxito e sua continuidade condicionados ao sucesso do desenvolvimento de formas de economia solidária nas comunidades criadas a partir da repartição das terras de latifúndios improdutivos.

Em suma, a luta pelo socialismo hoje se trava em diversas frentes: na política, em que

vitórias eleitorais de candidaturas de esquerda abrem possibilidades de multiplicar formas de democracia participativa, como, por exemplo, o Orçamento Participativo; na econômica, em que a consolidação de se-

tores cooperativos de produção e de consumo contribui para a eliminação da pobreza e o combate ao desemprego; e na frente social, mediante a instituição de programas de bolsa-escola, renda-cidadã e análogos.

A conversa do mercado

João Machado

Quero fazer menção a duas intervenções feitas no debate: a do Lula e a do Senador Eduardo Suplicy.

Certamente, o Orçamento Participativo é um “implante socialista” importante. Como defendi antes, creio que é útil adotar este conceito e incluir nele todas as experiências que já são realidade hoje e que vão na direção de ampliar as condições de a população poder decidir sobre suas condições de vida. Embora o Orçamento Participativo diga respeito a uma pequena parcela do orçamento municipal, é algo fundamental.

Também concordo que, para tentar conseguir hegemonia política em uma socie-

dade como a nossa, o PT tem de colocar em prática coisas que melhorem as condições de vida da população. Por isso, é bastante útil chamar a atenção para várias iniciativas que já vem sendo feitas a partir das administrações estaduais ou municipais do PT. Acho, como disse antes, que devemos desenvolver uma concepção de luta pelo socialismo que incorpore ao máximo essas iniciativas.

Mercado – Por outro lado, estou convencido de que deve fazer parte do nosso horizonte a tentativa de descobrir formas de organização social, formas de

descentralização econômica distintas do mercado, pelo menos entendendo o mercado como o que ele realmente é. E nisto quero discordar da intervenção do senador Suplicy. Não é correto dizer que não podemos ser contra o mercado, porque o mercado é simplesmente uma maneira de as pessoas conversarem. De forma alguma! É justamente porque sou favorável a que as pessoas *realmente conversem* umas com as outras, para decidir o que lhes diz respeito, que vejo o mercado de maneira muito negativa. O mercado é uma maneira de as pessoas se relacionarem de forma impessoal. Se se quiser dizer que a relação que

se estabelece por intermédio do mercado é uma forma de conversar, vá lá, mas é preciso deixar claro que é uma forma muitíssimo restrita de conversar. No mercado, o trabalhador que procura emprego não pode dizer que tem dez filhos, que sua família está passando fome, que precisa disto e daquilo. Só pode dizer qual é sua capacidade de trabalho, que é o que tem para vender.

Se chegarmos em uma situação em que as pessoas que se encontrarem para tratar de questões econômicas realmente conversem, discutam o que precisam, perguntem pela família do outro etc., isto não poderá ser chamado de mercado.

Sobre os autores

PAUL SINGER nasceu em Viena (Áustria), em 1932, e vive no Brasil desde 1940. É professor titular na Universidade de São Paulo (USP). Foi membro fundador e economista sênior do Centro de Análise e Planejamento – Cebrap (1969-88), chefe do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), membro do primeiro Conselho Diretor do Instituto de Estudos Avançados – IEA-USP (1986-90) e secretário municipal de Planejamento de São Paulo (1989-92). É coordenador acadêmico da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP.

Algumas obras publicadas: *Desenvolvimento e crise* (1968), *Economia política da urbanização* (1998), *A crise do milagre* (1976), *Guia da inflação para o povo* (1980), *O que é socialismo hoje* (1980), *Aprender economia* (1983), *A formação da classe operária* (1985), *Repartição da renda: ricos e pobres sob o regime militar* (1986), *O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica* (1987), *O que é economia* (1998), *Um governo de esquerda para todos* (1996), *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas* (1998), *Utopia militante: repensando o socialismo* (1998), *O Brasil na crise: perigos e oportunidades* (1999), *Para entender o mundo financeiro* (2000).

JOÃO MACHADO nasceu em Belo Horizonte (MG), em 1951. É professor do Departamento de Economia da PUC-SP e doutorando em Teoria Econômica do IPE-USP. Foi membro da Comissão Executiva Estadual do PT-SP e da Comissão Executiva Nacional do PT.

**Programa dos seminários
Socialismo e Democracia
realizados no primeiro semestre de 2000**

Os seminários foram promovidos pelo Instituto Cidadania, pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional de Formação do Diretório Nacional do PT

10 de abril – Socialismo no ano 2000 – uma visão panorâmica

Expositora: Marilena Chaui

Debatedores: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Garcia

24 de abril – Economia socialista

Expositor: Paul Singer

Debatedor: João Machado

8 de maio – O indivíduo no socialismo

Expositor: Leandro Konder

Debatedores: Frei Betto e Lula

22 de maio – Instituições políticas no socialismo

Expositor: Tarso Genro

Debatedores: Edmilson Rodrigues e José Dirceu

5 de junho – Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo

Expositor: Francisco de Oliveira

Debatedores: João Pedro Stedile e José Genoíno

19 de junho – Globalização e socialismo

Expositora: Maria da Conceição Tavares

Debatedores: Eduardo Jorge e Emir Sader

Caso não encontre este livro nas livrarias,
solicite-o diretamente a:

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234

04417-091 – São Paulo – SP

Fone: (11) 571-4299

Fax: (11) 573-3338

Correio Eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Na Internet: <http://www.fpabramo.org.br>

Economia socialista foi impresso na cidade de São Paulo em junho de 2000 pela Cromosete Gráfica e Editora Ltda. para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 2.000 exemplares. O texto foi composto em Times New Roman no corpo 11/13,3/90%. Os fotolitos da capa e entradas de capítulo foram executados pela Graphbox e os *laserfilms* fornecidos pela Editora. A capa foi impressa em papel Cartão Supremo 250g; o miolo foi impresso em Offset 75g.